

MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

19ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PRAÇA MARECHAL DEODORO , Nº 790 -

CEP: 64.000-160

TERESINA-PIAUÍ

FONE/FAX: (086) 3221-1404 / 3221-5538

**INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DO TAMBOR DE
CRIOLA DA REGIÃO DOS COCAIS - PI**

TERESINA/2009

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
19ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
PRAÇA MARECHAL DEODORO , Nº 790 -
CEP: 64.000-160
TERESINA-PIAUÍ
FONE/FAX: (086) 3221-1404 / 3221-5538

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DO TAMBOR DE
CRIOLA DA REGIÃO DOS COCAIS - PI

TERESINA/2009

APRESENTAÇÃO

A presente produção textual tem por objetivo exemplificar as atividades desenvolvidas pela equipe técnica responsável pela pesquisa preliminar do inventário cultural de referências culturais do **Tambor de Crioula** da região dos cocais do Estado do Piauí.

Neste primeiro momento, a equipe visitou as localidades referenciadas pela pesquisa, a saber: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Miguel Alves, Nossa Senhora dos Remédios, Porto e São João do Arraial. O que o leitor verá neste levantamento preliminar são algumas informações importantes acerca das múltiplas manifestações culturais dessas regiões pesquisadas.

Pelo próprio caráter inicial da pesquisa, os pesquisadores não podem sinalizar com demasiada certeza os aspectos peculiares de cada manifestação cultural, bem como suas diferenças e semelhanças de localidade para localidade. Além do mais, a própria localização das cidades próximas do rio Parnaíba e, portanto, do Estado do Maranhão requer, em nível de profundidade das análises, um estudo comparativo dessas referências culturais com aquelas praticadas no Maranhão.

Dessa maneira, busca-se evidenciar um maior número possível de referências culturais tais como o Bumba-meu-boi, Dança do Côco, São Gonçalo, Rezadeiras, Boi do paco-paco, Quadrilhas, **Tambor de Crioula** e demais manifestações culturais e religiosas.

No que se refere aos anexos, o presente relatório disponibiliza uma variada documentação imagética e áudio-visual acerca da pesquisa preliminar realizada nos três meses finais do ano de 2009. Acompanhando a referida documentação segue também as fichas de Identificação de Sítio e de Localidades.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
REGIÃO DO TAMBOR DE CRIOLA.....	13
BARRAS	15
BATALHA.....	19
BRASILEIRA	21
CAMPO LARGO DO PIAUÍ	24
ESPERANTINA.....	28
JOAQUIM PIRES	31
LUZILANDIA.....	34
JOCA MARQUES	36
MADEIRO	37
MIGUEL ALVES	39
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	44
PORTO	45
SÃO JOÃO DO ARRAIAL	45
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	51
BIBLIOGRAFIA	54

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 2008 e 2009 foi realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais em Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí (INRC), realizado em parceria pelo IPHAN-PI/19ºSR, Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (CECOQ) e Fundação Cultural e de Fomento a pesquisa e extensão (FADEX), somava-se então a Kizomba e a FERAPI dentro de um contexto de mobilização cultural como estratégia de fortalecimento dessas comunidades em seus processos de identificação, reconhecimento e titulação de seus territórios, um veículo de divulgação e promoção dos bens culturais dos povos das comunidades rurais afro-brasileiras. Ganharam destaque assim a Capoeira de Quilombo, Lezeira, Samba de Cumbuca, Batuque, Tambor de Crioula, Reisado e as religiões de matrizes africanas, principalmente a umbanda que no Estado do Piauí é a que possui maior número de praticantes.

O itinerário percorrido pelo INRC abrangia 21 comunidades quilombolas em 16 municípios espalhados de norte a sul do Estado. A primeira etapa se destaca pela realização de um seminário explicativo em cada comunidade pré-escolhida, os comunitários tinham contato com os objetivos, as etapas do projeto, além de reunidos escolherem o bem cultural a ser inventariado. Algo fortemente percebido é que após esse levantamento, os comunitários ao apresentarem suas comunidades falavam das suas vivências e práticas e pela recorrência e indicação os bens culturais todos foram de caráter imaterial.

Dentre os bens indicados se destacava o Tambor de Crioula do Olho D'água dos Azevedos, comunidade pertencente ao município de Miguel Alves. Foi percebido durante o trabalho de campo do INRC a recorrência da prática do Tambor de Crioula em outras comunidades quilombolas e municípios que compõem o então Território dos Cocais. O Tambor de Crioula se apresentava como a principal atividade da região, com características próprias, desde o seu caráter mais lúdico do que religioso e com conexões que remetiam à formação do Estado do Piauí, como a luta do povo negro escravizado, o trabalho na roça e a lida com o gado.

Pela recorrência, importância atribuída a elementos constitutivos, surgiu, portanto, a necessidade de um levantamento específico da prática do Tambor de Crioula, até o momento visto como uma referência cultural do Estado do Maranhão.

O inventariamento do Tambor de Crioula no Piauí teve início em outubro de 2009, após assinatura de parceria entre a regional do IPHAN-PI e a Fundação João do Vale. Nessa primeira etapa foi realizado o levantamento de documentação em Teresina consultando arquivos locais e visita aos treze (13) municípios que integram o universo da pesquisa, conforme termo de referência da pesquisa.

A previsão de realização da FERAPI gerou na equipe a expectativa de que o evento oportunizasse a presença de lideranças dos municípios envolvidos e que este seria nosso primeiro contato com os futuros interlocutores. Lamentavelmente tal expectativa foi frustrada.

Mudando a estratégia, foram feitos contatos telefônicos com os municípios da região oeste do Território dos Cocais piauienses e realizadas viagens para a realização da varredura inicial. Esse fato ensejou o contato com os gestores locais que se tornaram interlocutores e mediadores entre a equipe de pesquisadores e as pessoas das comunidades envolvidas. Para isso a equipe deslocou-se e foi distribuída nos vários municípios. Ao final de cada dia de trabalho, a equipe reunia-se em um dos municípios previamente determinado, quando as atividades do dia eram avaliadas e discutidas. Após o pernoite ocorria nova distribuição e assim o trabalho continuou até a conclusão da primeira etapa.

Compreender a constituição do patrimônio cultural na região oeste dos cocais piauienses, como bens de natureza material e imaterial, remete-nos às referências culturais e respectivas identidades culturais dos grupos formadores da sociedade local, suas ações, suas maneiras de estar, viver e pensar o mundo ao qual se insere como sujeito histórico, participante e construtor do cotidiano da comunidade. Refere-se também à memória e ao imaginário da respectiva coletividade, sua visão de mundo e seu olhar sobre si e sobre outros aos quais estabelecem relações.

Genericamente foram identificados nos 13 municípios festas, saberes, modos de fazer, lugares, edificações e formas de expressão. Foram também identificados alguns sentidos e valores de importância diferenciada que lhes são atribuídos em cada localidade que, por isso, se fazem constituir como marcos e referências de identidade para os grupos pesquisados, especialmente do Tambor de Crioula.

Como essa pesquisa é parte das obrigações do Poder Público de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro observou-se em cada município visitado a política cultural da gestão local, notando-se em muitos municípios desconhecimento da política cultural nacional definida no Decreto nº 3.551/2000, que reconhece na ação cultural seu potencial de inclusão social através do respeito à diversidade e do desenvolvimento de ações de salvaguarda do patrimônio cultural.

Assim, o conceito de Referência Cultural foi nosso principal item na base conceitual, entendida como os diversos domínios da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares e formas de expressão) aos quais são atribuídos sentidos e valores de importância diferenciada, constituindo-se em marcos e referências de identidade para os grupos sociais em estudo.

Tomadas como categorias de análise os objetos do presente inventário são as Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares. Buscou-se identificar as Celebrações enquanto ocasiões diferenciadas de sociabilidade, cujas atividades produzem sentidos específicos de lugar e de território, apresentando os principais ritos e festividades locais associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário, especialmente o Tambor de Crioula.

Identificaram-se também as Formas de Expressão entendidas como formas não-lingüísticas de comunicação associadas a grupos locais e os atores sociais envolvidos e reconhecidos pela comunidade, visando visualizar os costumes, normas, expectativas e padrões que lhes são associados.

Os Ofícios e Modos de fazer e respectivos atores sociais foram também identificados, assim como as técnicas e matérias-primas utilizadas pela localidade. Assim, levantamos os conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços, conforme as práticas e rituais locais.

Muitas foram as Edificações encontradas. Estruturas físicas, como Igrejas e capelas, associadas a usos religiosos, a significações históricas, e às imagens dos lugares, cujo interesse dos grupos locais os tornam mutuamente identificados e diferenciados.

Lugares como lagoas, olho d'água recebem nesses municípios sentidos culturais particulares. Apropriados pelas pessoas do lugar tornam-se lugares focais oportunizando a realização de práticas sociais significativas.

Assim, a pesquisa teve seu universo delimitado pelo Termo de Referência do Processo n.01402.000202\2009-38, compreendendo 13 municípios da região oeste do Território dos Cocais piauienses, a saber: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, São João do Arraial e Miguel Alves. Nessa configuração sócio-espacial buscou-se itens identificáveis da vida social como referências culturais significativas para a população envolvida. O sítio, portanto, abrangeu toda a região do oeste dos Cocais e cada município foi considerado como localidade.

A partir desse levantamento preliminar, apresentamos de forma sistematizada no presente relatório as informações disponíveis por intermédio do conjunto de formulários preenchidos, compreendendo fichas de identificação e questionários para, na continuação da pesquisa realizar aprofundamento do conhecimento sobre o Tambor de Crioula, bem cultural objeto desse estudo.

Na continuidade da pesquisa estaremos produzindo, etapa por etapa, documentação a respeito do Tambor de Crioula existente da região, identificando os bens culturais associados a tal prática cultural e suas possíveis origens históricas, dando início à sua pesquisa etnográfica. Espera-se ainda, ao final, garantir sugestões de medidas salvaguarda ao bem cultural em estudo, compatíveis com a vontade dos atores que o produzem.

Nossa preocupação nessa pesquisa comunga com a reflexão de Mariza Veloso (2006) sobre o risco de, ao evidenciar-se o bem cultural, transformar o patrimônio cultural de um grupo social particular em bem patrimonial, inserindo-o no processo de fetichização e alienação da produção da mercadoria em geral, negando sua estrutura ritual, espetacularizando-o e, em consequência, o desapropriando de suas complexas redes de práticas e significados, comprometendo sua condição de referência cultural e alienando seu papel de marcador identitário de uma determinada população, comunidade e/ou região.

Para evitar tal equívoco, a identificação da rede de relações em que se insere o Tambor de Crioula na região estudada e a compreensão de suas origens e continuidade está para essa pesquisa afeita também ao entendimento e identificação da construção da rede de significações própria de seus sujeitos sociais. Sua varredura inicial já mostra variados vínculos, seja com a religiosidade afrodescendente, seja com as atividades cotidianas de algumas comunidades, seja

com os ritos do catolicismo popular vinculados às festas juninas. Supomos, ainda, tratar-se de um campo de disputas e lutas na qual está inserida a história local da exclusão dos sujeitos produtores do bem cultural e sua imaterialidade, cuja identidade de pobres, negros, escravos, quilombolas, índios, caboclos, brincantes, etc, reflete o encontro etnográfico inicial entre o colonizador e os “outros” oficialmente excluídos como construtores da história social local.

O olhar da pesquisa, portanto, busca focalizar valores históricos, sociais, culturais e estéticos das comunidades produtoras dos bens culturais em estudo, verificando o compartilhamento diferenciado entre os diversos atores envolvidos, visando apontar sua singularidade como bem patrimonial e sua densidade histórica específica.

Importante será destacar ao longo da pesquisa a relação existente entre patrimônio cultural e experiência coletiva, os saberes e fazeres tradicionais como conhecimentos compartilhados, com narrativa própria, parte do repertório cultural comum, ou diferenciado, dos grupos em estudo, uma vez que têm o papel de dinamizarem a experiência coletiva.

Embora a noção de fetiche assuma vários conceitos, como mercadoria em Marx (1818-83), como sexualidade em Freud (1856-1939), como simbolismo religioso em Frazer (1854-1941) e Tylor (1832-1917), interessa a idéia comum de deslocamento simbólico de um ser para o outro, de uma coisa para a outra, de um fato para o outro, dos produtores para o produto, da manifestação de um passado significativo para um presentismo vazio, como diz Mariza Veloso (2006), uma vez que envolve sempre dinamismo próprio a cada situação.

As manifestações do patrimônio imaterial – celebrações, rituais, saberes e fazeres, lugares e formas de expressões – corporificam sentidos e valores coletivos que ensejam sentimentos de pertencimento dos indivíduos a um determinado grupo. O conceito de “referência cultural” remete ao processo de produção e reprodução, às relações sociais entre os produtores e igualmente ao repertório simbólico de um determinado grupo social, focando sobre os produtores dos bens culturais e não sobre o produto, na medida em que reforça o caráter simbólico e político do processo de produção e apropriação do patrimônio cultural.

No lugar do bem cultural, foca-se essa pesquisa na dinâmica de atribuição de sentidos e valores, reconhecendo o fato de que eles não valem por si mesmos, e sim pelo valor que lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares, em função de

determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Torna-se, portanto, importante garantir a fala de seus sujeitos e a comunicação entre os atores envolvidos e seus respectivos grupos, uma vez que são parte do mesmo universo simbólico, circunscritos que estão a uma comunidade real, guiando suas atividades por uma visão de mundo compartilhada. (Londres,2000)

Nesse sentido, torna-se importante questionar de que modo o patrimônio imaterial está sendo apropriado, seja pelo grupo produtor das manifestações culturais, seja pelas elites locais. De que forma tal patrimônio passa a adquirir valor positivo agregando simultaneamente tradição e modernidade. Ou ainda, identificar seus riscos de apropriação local de forma patrimonialista, particularista ou politiqueira, repetindo o mais grave equívoco de nossa história colonialista de negação de sua legítima origem e apropriação.

Será, portanto, analisado o cotidiano das comunidades envolvidas e as particularidades daqueles sujeitos envolvidos no processo, sempre ressaltando os aspectos ligados aos saberes, fazeres e suas construções de memória, sejam elas de lugares, de sentimentos ou de pertencimentos a grupos ou a referências culturais. Observaremos também os indicadores que apontem os dilemas/desafios pelos quais estas manifestações da cultural local são acometidas, na medida em que os perigos da expropriação e das suas significações locais se tornem meros fetiches de uma espetacularização da cultura.

Essa é mais uma pesquisa proposta pelo IPHAN cuja fundamentação visa tornar viável a identificação e a documentação de temas e conjuntos de referências culturais significativos a grupos sociais específicos, garantindo-lhes a associação desses bens com os variados contextos que lhes conferem sentidos, no esforço para dar visibilidade a seu processo histórico e social formador.

É desafio, portanto, dessa pesquisa, mostrar a singularidade simbólica do Tambor de Crioula que integram o cotidiano das comunidades circunscritas ao Território dos Cocais piauienses, em seu lado oeste, distinguindo suas possíveis diversidades internas. Arantes (2000)

Esse inventário poderá gerar impacto sobre as estratégias políticas e mercadológicas associadas ao patrimônio cultural no ambiente social em estudo, descortinando diversas outras dimensões, além da simbólica, a ela sistematicamente integrada em um processo permanente de reinvenção dando-lhe

continuidade à tradição, do saber-fazer, das rezas, das danças, de suas práticas em geral, e não simplesmente no produto.

Assim, atendendo a proposta do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), essa pesquisa visa gerar reflexões sobre o trabalho cultural de construção de sentidos e sobre significações baseadas no cotidiano das comunidades envolvidas, como objetos, práticas e lugares considerados pelo INRC como patrimônio cultural por serem por seus sujeitos sociais associados à identidade da região, dos lugares e das pessoas, conferindo-lhes sentimento de pertencimento, integrando um repertório diferenciado de práticas simbólicas, com as quais são construídas fronteiras simbólicas e configuradas imagens de si e de outros, integrados em territórios e tradições.



Territórios de Desenvolvimento

Planície Litorânea;

Cocais;

Carnaubais;

Entre Rios;

Vale do Sambito;

Vale do Guaribas;

Vale do Canindé;

Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras;

Serra da Capivara;

Tabuleiros do Alto Parnaíba;

Chapada das Mangabeiras

REGIÃO DO TAMBOR DE CRIOULA

A região definida como universo da pesquisa para a primeira etapa do Inventário Nacional de Referências culturais do Tambor de Crioula dos municípios localizados na parte oeste da Região dos Cocais Piauienses parte da formulação hipotética inicial da expansão do Tambor de Crioula aos municípios de Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, São João do Arraial, além de Miguel Alves, onde pesquisas anteriores do INRC já comprovaram a existência do Tambor de Crioula.¹

Tomando como referência o Sistema de Informações Territoriais para o Território dos Cocais, estratégia do MDA para sustentabilidade da região no sentido de ultrapassar os limites territoriais político-administrativos dos Estados do Meio-Norte brasileiro, cuja noção de território respeita a diversidade cultural incorporando as práticas cotidianas das comunidades inseridas na definição de seus possíveis limites territoriais, observamos a correspondência dos municípios que compõem o universo dessa pesquisa com o aglomerado 3, dentre os 26 aglomerados identificados em toda extensão territorial do Estado do Piauí. A divisão em aglomerados se baseia em características comuns entre os municípios que compõem o mesmo aglomerado considerando fatores como infraestrutura, níveis de escolaridade e estágio produtivo, dentre outros.

Assim, o Território dos Cocais é formado por 04 aglomerados, reunindo 22 municípios da macrorregião Meio Norte, na porção centro Norte do Estado. Trata-se da segunda maior receita orçamentária dos territórios no âmbito da bacia do Parnaíba, destacando-se pela grande produção de pó de carnaúba, amêndoas de babaçu, pelo segundo maior rebanho bovino, a segunda maior bacia leiteira e o quarto maior efetivo da ovinocaprinocultura da região e a terceira em termos de apicultura, além de potencial em piscicultura, artesanato e cultivo de arroz.² Os diversos municípios que compõem esse aglomerado foram instalados entre os séc. XIX e XX. Destes, os mais antigos são Barras, Batalha e Esperantina, mais

¹ INRC. TAMBOR DE CRIOULA. Ver também *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. Departamento de Identificação e Documentação. IPHAN. Minc, 2000.

² Cf. sistema de informação territoriais - MDA

tarde surgiram na região os municípios de Joaquim Pires, Luzilândia, Matias Olímpio, Nossa Senhora dos Remédios e Porto. Em 1994 os municípios de Campo Largo e São João do Arraial. E, em 1995, os municípios de Joca Marques, Madeiro e Morro do Chapéu. Para efeito dessa pesquisa deixam de compor a Região dos Cocais os municípios Matias Olímpio e Morro do Chapéu, incorporando os municípios de Miguel Alves e Esperantina, conforme indicação do Termo de Referência.

A historiografia afeita à região mostra uma origem comum dos municípios da região a partir da instalação de Fazendas de Gado, cujos povoados originais culminaram com a emancipação inicial de alguns municípios e um posterior desmembramento em novos municípios. Embora a historiografia clássica trabalhe com essa tese, vislumbramos a possibilidade de outras origens, tais como, passagens, feiras, portos e entrepostos comerciais³. Constitui, portanto, um possível caminho dessa pesquisa será a busca de indicadores que ofereçam melhor visibilidade histórica à constituição dos municípios da região, ultrapassando os limites da tese clássica da origem nas fazendas de gado, cujo olhar elitista e oficial da história do Estado do Piauí, que silencia a memória coletiva e a voz de sujeitos importantes da história local, como índios, negros, mestiços e brancos não fazendeiros, requer revisão. Neste sentido estaremos buscando na fala dos sujeitos dessa pesquisa indicadores que possam nos remeter à construção de fundamentos historiográficos para a elaboração de novas hipóteses sobre o povoamento, voltando-nos à relação entre o referido povoamento e a emergência da identidade cultural de grupos sociais que eventualmente tenham passado despercebidos pela historiografia clássica.

A seguir passamos a apresentar a análise preliminar do que passamos a denominar de Região do Tambor de Crioula, considerada para a metodologia do INRC – IPHAN como sítio, universo dessa pesquisa, e como localidades, os diversos municípios envolvidos.

³ Ver, entre outros, NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994; FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995. QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maníoba na Economia do Piauí -1900-1920*. Teresina: UFPI/ALP, 1994. LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. (Tese de Doutorado), PUC – RS, 2001.

BARRAS

Barras é um município do Estado do Piauí localizado no oeste do cacaais Piauiense a aproximadamente 122 km da Capital Teresina cerca de 1h45' (uma hora e quarenta e cinco minutos). Segue pela Br 343 até a PI - 133 com destino a José de Freitas. Em José de Freitas, pela PI - 133 com destino a Cabeceiras segue-se até Barras. O município está na região norte piauiense, microrregião do baixo Parnaíba, a sede está a 75m de altitude, tendo sua posição geográfica determinada pelo paralelo de 4º, 14º "50" de latitude Sul em sua intercessão com o meridiano de 42º 17"44" de longitude Oeste.

A sede do município é localizada a 122 km de Teresina, capital do Piauí. O município foi criado pelo Decreto Estadual nº 01 de 28 de dezembro de 1889, tendo uma população total, segundo dados do IBGE 2008, de 43.328 habitantes. Contados, os dados declinados neste roteiro são do Censo Demográfico IBGE – e uma densidade demográfica de pouco mais de 43 hab/ km quadrados. O acesso ao município dá-se com a capital Teresina, que está a Sudeste e pela cidade de José de Freitas – PI 133, com o município de Campo Maior – PI 144, e com a cidade de Cabeceiras do Piauí – trechos da PI 133. Sendo a oeste com a cidade de Miguel Alves – PI 110, trecho este não pavimentado. Ao Norte, com Nossa Senhora dos Remédios – PI 112 e com a cidade de Batalha – PI 110, a Leste com a cidade de Piripiri através da PI 111, não pavimentada.

Segundo as últimas informações do IBGE, dos 43. 328 mil habitantes da cidade de Barras, cerca de 55% vivem na área rural. É quase que uma constante nas cidades do interior do Piauí – sem diferenciar muito da capital – a precariedade da infra-instrutura básica necessária a uma cidade de médio porte. Em termos de qualidade de vida Barras deixa em estado de desassistência sua população. Boa parte da sua população, 42% não possuem energia elétrica, e 73% dos domicílios urbanos o lixo não é coletado, ficando em córregos e terrenos baldios.

A renda média da cidade de Barras gira em torno de até um salário mínimo, o que equivale a 43% do total da população em idade ativa de trabalho. Sendo a população de maioria rural, a renda se torna proveniente, em grande medida, da produção agrícola de pequeno porte, se destacando, portanto, o cultivo de mandioca, arroz e do feijão. Essa agricultura familiar conflita em espaço e renda

com os grandes campos de Arroz, canaviais e com as grandes plantações de melancia da região. Outro dado importante sobre a cidade de Barras diz respeito à sua população em idade escolar, entre 10 e 20 anos. Tal grupo populacional freqüentou apenas três anos de média escolar, e, na atualidade, somente 10% desta população cursa o ensino fundamental regular e o EJA.

Em termos de desenvolvimento do turismo local, a cidade compõe o projeto de Turismo do Estado do Piauí, que destacam duas rotas para o litoral piauiense: o caminhos das águas e o caminho das pedras. Sendo a região de Barras um verdadeiro vale, com a presença de rios de grande porte, o encontro das águas desses rios e um número considerado de olhos d'água e riachos colocam a cidade como uma das principais atrações do Estado. Os rios de destaque do município são: Marataoan e Longá; os riachos: Riachão, Santo Antônio, Ininga e Gentil. Além da Barragem do Sossêgo, Gruta de Santa Rita de Cássia - que segundo relatos dos moradores, uma pessoa teria avistado a imagem da santa e deste então há uma peregrinação de devotos ao local para lá depositarem seus ex-votos e suas preces – Tremendal; fontes de águas térmicas: Lago do Surdo, Olho D'água do Bosque, Olho D'água das Nascentes, Barragem da Cachoeirinha, Barragem da Boa-Vista, Barragem do Pesqueiro, Ilha dos Amores - hoje uma reserva ambiental do IBAMA - Pedra do Corisco - segundo moradores as pedras vieram à superfície depois da queda de um meteorito no local - Parque Municipal da Cachoeira da Lapa, reserva doada por um fazendeiro da região. Sítio Tamboril, região limítrofe com o município de Esperantina, com grande recorrência de pinturas rupestres.

Os escritos e relatos sobre a fundação datam de meados do século XVII (REGO FILHO, 2007), quando o coronel Miguel Carvalho de Aguiar, natural do Província da Bahia, iniciou a construção da primeira capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, atualmente padroeira da cidade. Em 1759, o missionário frei Manoel da Penha, para uns, ou o padre Gabriel Malagrida, para outros, em visita à localidade, conseguiu com o fazendeiro Manoel da Cunha Carvalho, e alguns fiéis, a conclusão da obra. A capela constituiu a base para a formação do núcleo populacional, desenvolvido a partir da fazenda buritizinho, e que, em 1809, se transformou na povoação de Barras, (com meia dúzia de casas de telha, dispersas na parte meridional). Sempre em torno das atividades religiosas, a povoação foi se desenvolvendo; em 1815, formaram-se as primeiras ruas, seguindo-se a criação do distrito de paz, a construção do novo templo, a criação da freguesia, a elevação à

categoria de vila pelo decreto provincial nº 127 de 24 de 09 de 1841 e, finalmente, por decreto de 28/12/1889, a criação da cidade, com a denominação de Barras do Marataoan, que depois incorporaria o então extinto município de Batalha e Boa Esperança (Esperantina), em pouco tempo outro decreto lei dá titularidade de município a Batalha e Boa Esperança, desmembrando-os de Barras.

Assim, surgem juntos aos fatos da fundação de Barras duas suspeitas: Vila do “Passa Tudo” e os conflitos entre Mandu Ladino e Bernardo Aguiar, fundador e proprietário da antiga Fazenda Bitorocara (hoje região de Campo Maior). Germano Filho (Secretário de Cultura) narra em entrevista que a região hoje da “Vila do Passa Tudo” guarda resquícios de uma construção, uma casa grande, feita de pedra e próxima a um olho d'água. O que pode caracterizar segundo alguns relatos a existência de uma povoação anterior à Fazenda Buritizinho. Os moradores contam que a região recebeu o nome de “passa tudo” por que ali era entroncamentos das águas e de caminhos que levavam ao Maranhão, ao Rio Parnaíba e as demais vilas e fazendas da província do Piauí, onde passavam comerciantes, ciganos, vaqueiros e escravos. Para alguns moradores esta seria a primeira povoação da região que hoje é o município de Barras, confrontando o pioneirismo da Fazenda Buritizinho. Extrapolando, portanto, a tese de origem de povoamento nas fazendas encontrou aqui um indicador de uma origem decorrente do entroncamento das águas denominada originalmente “passa-tudo”.

Outros relatos que não chegam a confrontar a tese da Fazenda Buritizinho, mas que se somam a ela e dizem respeito a outro elemento na formação dessa região do meio oeste dos Cocais: Barras, Batalha, Campo Maior e demais cidades, os conflitos liderados pelo Índio Mandu Ladino e o fazendeiro Bernardo Aguiar e sua família. O Índio Mandu Ladino teria ocasionado em conflito a morte do filho mais novo (Antonio Aguiar) do Coronel Bernardo Aguiar o que levou a família Aguiar a investir riquezas e forças na perseguição de Mandu Ladino. Em uma das batalhas mais sangrentas, onde os dois lados obtiveram 'baixas' consideráveis, o episódio dá nome e identidade as terras (Batalha-PI) onde esses sujeitos escreveram uma parte da história da formação social do Piauí no seu capítulo mais obscurecido pela historiografia oficial, a possível dizimação da população e de parte da cultura gentílica.

A “Casa Rosada”, uma das primeiras edificações da cidade hoje sede do poder executivo do município fora antes uma residência. Dentro daquilo que

poderíamos apontar como um conjunto de edificações históricas do centro da cidade de Barras encontra-se a Seda da Academia de Letras do Vale do Longá, o Auditório Monsenhor Uchôa, A sede da Secretaria de Educação, a sede da Secretaria de Finanças, construído em 1916 e servindo como residência de alguns governadores e palácio do poder legislativo e o prédio onde hoje funciona uma loja do Armazém Paraíba.

Boa parte das pesquisas sobre a cidade de Barras aponta para a hipótese de que a cidade teria sido originada a partir das terras das fazendas de criação de gado, no caso específico a fazenda Buritizinho, existente até hoje, com suas estruturas e dimensões transformadas. A ligação direta das fazendas de gado particulares do norte como vanguardistas na formação das cidades será percebida como recorrente na produção oficial sobre a formação dos núcleos populacionais do norte.

Na fala de Germano Filho podemos perceber, mesmo antes de ser declarado o seu esforço de estar construindo uma “contra-história”(CASTELO BRANCO,2005), onde seu principal objetivo seria desvirtuar o olhar do foco dos documentos oficiais e principalmente dos fatos oficializados, procurando nos escombros do esquecimento (ALBUQUERQUE JR,2005, POLLAK,1989) algo que poderia contribuir na tentativa de uma narrativa da resistência popular. Diante do exposto percebemos que as narrativas sobre a “origem de lugar” (GODÔI, 1998) exercem uma função como algo que é atribuidor de significado a um espaço geográfico, lhe atribuindo um sentido, uma identidade.

A construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre os sujeitos com sua natureza. Essa relação é registrada pela memória, individual e coletiva, fruto e condição de saberes e conhecimentos. (MALCHER, 2006, p. 67).

A noção aqui de território apresentada percebe como um processo dinâmico a relação entre a produção e a constituição de identidade e território. O que nos faz perceber que as relações culturais que compõem um modo de vida do presente acabam por constituir a territorialização desses sujeitos e que este território rompe os limites geográficos ao se fortalecer nos costumes, nas relações culturais, religiosas, nos modos de ser, ver, viver e conviver desses grupos.

Diante desse esforços surgem as narrativas orais da formação dos territórios, cabendo à memória coletiva e individual um papel de comunicação entre a produção do território e a produção da identidade. (MALCHER,2006). A memória ora invocada é fruto de um silêncio, que por um lado é imposta por uma sobreposição de outras memórias, pois na região norte do Piauí o caráter de vanguarda atribuído as fazendas de gado na constituição das formações dos centros populacionais, silencia a contribuição do povo negro e indígena na formação destas Vilas. Mas, pode-se perceber que negros e índios por vezes preferiam o silêncio para manter vivos seus costumes e tradições, assumindo aqui com caráter de resistência. (POLLAK,1989)

Com poucas pesquisas sobre a cultura popular e de matriz negra principalmente, a cidade se divide em duas distintas explicações da formação da região que hoje compõem o município. Sendo muito difundida por parte do poder público o Carnaval e o Teatro como culturas tradicionais do povo barrense.

Não há registros oficiais e pouco se tem conhecimento das narrativas orais que tivemos contato sobre o tambor de crioula na região de Barras. Mas recomendamos uma pesquisa voltada às comunidades rurais para que se possa ter um maior registro das referências culturais populares.

BATALHA

A cidade de Batalha tem sua origem nas lutas travadas entre índios e os colonizadores capitaneados pelo Mestre de Campo Bernardo Carvalho. Antes disso, porém, o lugarejo já era habitado por índios e os primeiros fazendeiros da região do Longá. Mas foi a figura de José de Miranda, que consolidou a povoação do lugar, iniciando, em 1794, a construção de uma igreja em honra a São Gonçalo, padroeiro do município. Assim, o povoamento dessas terras começou por volta do século XVIII com a criação da freguesia de São Gonçalo de Batalha. Pouco tempo depois, a Resolução Provincial nº 395, de 15/12/1855, elevou a localidade à categoria de vila. Posteriormente, Batalha teve o seu nome alterado para Campos Sales pela Lei Estadual nº 197, de 23/6/1899, em homenagem ao estadista brasileiro. Onze anos depois, a 13 de julho, voltou à sua primeira denominação.

Em 15 de dezembro de 1855, Batalha teve sua autonomia administrativa desatrelada de Piracuruca, tendo sido, a Villa, instalada a 8 de agosto de 1858. Os principais povoados que fazem parte da cidade são: cacimbas, Canabrava e macambira, carnaúba amarela, Estreito, Manga e Flecheiras.

As principais atividades econômicas ligadas ao município se concentram na extração da carnaúba, tucum e babaçu. Sendo que nos meses de junho e julho, a cidade de Batalha organiza a tradicional festa junina. Atualmente a cidade conta com três grupos de quadrilhas: Os caipiras do Dedila, Arraiá dos matutos e a Força Jovem. Nesse mesmo período, a cidade recebe também as apresentações dos grupos de Bumba-meu-boi. Entre as apresentações do boi na cidade de Batalha, uma das mais tradicionais é o grupo organizado pelo senhor Raimundo Nonato Fernandes, de 84 anos de idade.

Referência cultural transmitida por seu pai, o senhor Firmino Fernandes, o senhor Raimundo Nonato conta que seu grupo se apresenta na Região dos Cocais desde a década de 1980. Atualmente, o boi de paco-paco conta com 34 integrantes, sendo que a grande maioria é formada por filhos, netos e bisnetos do próprio senhor Raimundo Nonato. Toda produção, confecção e preservação do boi fica a cargo do senhor Raimundo Nonato Fernandes.

Outra referência cultural da cidade de Batalha é o Tambor de Crioula. Diferentemente das demais localidades da região dos Cocais, o Tambor de Crioula do senhor Raimundo Nonato dos Santos (Touro), 67 anos de idade, se organiza em torno do seu terreiro, denominado de terreiro de São Francisco e localizado na comunidade Carnaúba Amarela. Raimundo Nonato dos Santos sobrevive da aposentadoria, rezas em enfermos e da produção de remédios naturais.

Segundo o senhor Raimundo Nonato dos Santos - também conhecido por Touro - no seu tambor a utilização de bebidas alcoólicas é proibida. Nos meses de janeiro a março de 2009, o terreiro do senhor Raimundo Nonato dos Santos foi destruído pelas águas da chuva, o que o impossibilitou de praticar o Tambor de Crioula em boa parte do ano. Entretanto, seu atendimento à comunidade, tanto para aqueles que o procuram para realizar rezas como para a compra de medicamentos, não foi interrompida.

BRASILEIRA

Localizado na mesorregião do norte piauiense, área do baixo Parnaíba e com uma área de 909,71 km², estando a cerca de 180 km da capital Teresina, a 20 de Piripiri e a 22 de Piracuruca. A cidade de Brasileira é cortada pela BR 343, tendo seus limites ao norte com Batalha, Piracuruca, ao sul com Batalha, Piripiri e Domingos Mourão, ao leste com São João da Fronteira e oeste com Batalha e Piripiri. A população total de Brasileira supera a marca de 7.689 mil habitantes distribuídos por quase mil metros quadrados, sendo sua população de maioria rural e com faixa etária formada por jovens e pessoas em idade adulta.

A cidade não possui uma rota definida de transporte rodoviário, além de não haver empresas com linhas regulares na cidade. Há um ponto de atendimento da Caixa Econômica Federal e um banco postal do Banco do Brasil, mesmo assim de precária acessibilidade os serviços bancários. A cidade possui um posto de saúde e um hospital de pequeno porte e de atendimento simples, equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) e um posto de atendimento odontológico do SESI. As informações ficam por conta de uma rádio local e as das cidades próximas, além das tvs públicas e um serviço de alto falante. A cidade parece ainda não ter descoberto como aproveitar o turismo do parque nacional de sete cidades, localizado a 9 km do centro urbano, todos os recursos ficam para as cidades de Piripiri e Piracuruca.

A população depende da indústria de serviços e do funcionalismo público. Possuindo um solo bom para agricultura, Brasileira se destaca na produção de cajú, mandioca (farinha), apicultura, criação de frango e de capote (galinha D'angola). Grande parte de sua população vive da agricultura familiar. A educação no município se destaca pelo grande número de escolas na zona rural, sendo 18 escola municipais, 17 na zona rural e apenas 1 na área urbana do município, que conta também com 2 escolas estaduais. Brasileira não possui centro de ensino superior, cabendo as cidades de Piripiri e Piracuruca os lugares mais próximos a oferecer esta modalidade de ensino superior.

Região de contato do Bioma Caatinga e Cerrado, possuindo 1.742 hectares do Parque Nacional de Sete Cidades, a paisagem da cidade de Brasileira é composta de muitos “altos” e formações de pedras, sendo, portanto, uma região com pouca incidência de águas correntes, embora exista na cidade os braços de água dos rios Piracuruca e do Riacho de Brasileira.

Antiga zona rural de Piripiri, a mata da escuta - ao lado de Piedade, Frecheira, Salute e Bananeira - se destacava como uma das maiores e mais importantes comunidades aos pés das formações rochosas do então hoje Parque Nacional de Sete Cidades. Dividindo espaço com grandes fazendas de gado, os moradores construíam suas casas e plantações.

Durante a década de 1930 tem início a construção da estrada de ferro central do Piauí (hoje – FERASA) que pretendia ligar a Capital Teresina a Parnaíba. A execução da obra trouxe consigo muitos forasteiros seduzidos pelas oportunidades de trabalho e potencialidades econômicas prometidas pela linha férrea. Os “Cassacos”, como eram conhecidos esses trabalhadores migrados, foram os responsáveis pelo início de outra grande aglomeração de casas, um pouco longe do riacho de Brasileira e da antiga região da mata da escuta, próxima da nova estação ferroviária e da “linha” do progresso. A antiga região da mata da escuta passa a ser conhecida como Brasileira e com o desenvolvimento do pólo próximo da estação esta passa a ser chamada “Nova Brasileira” e, posteriormente, apenas de Brasileira.

Destacam-se no início do povoamento as famílias Siqueira, Marques (Badu) e Bento. Sendo a família Siqueira responsável pelo primeiro ponto de comércio. A antiga vila da mata da escuta ou “velha brasileira” sofreria um êxodo migratório para o novo centro - “nova brasileira” - zona urbana da cidade. Com casas dispersas e luz elétrica dependente de um motor gerador de propriedade de Almiro Mandes Costa que funcionava a partir das 18:00 horas às 21:30. Com um piscado ligeiro na luz avisava aos moradores que restariam mais 30 minutos para o corte definitivo da energia, que só chegava a poucas residências da nova vila e da praça da capela de nossa senhora da Conceição. O imaginário do progresso aumenta na vila quando a mesma é atravessada pela nova Br-343 que ligaria a capital Teresina a Parnaíba, tornando verdadeira a pretensão da estrada ferro.

A cidade de Brasileira ainda é uma localidade imensamente rural, com a preservação de algumas tradições antigas tais como: casa de taipa, farinhada, pesca artesanal, reisados, folguedos e rezadeiras. Além de práticas culturais

trazidas pelo imaginário progressista como o teatro de grandes espetáculos, torneio de futebol e carnaval.

Brasileira como muitas outras localidades que a pouco conquistaram o “status” de emancipação são interpelados por um imaginário progressista, muito parecida do que persegue a capital Teresina desde sua fundação. Essas comunidades - em muitos casos centenárias - são subjugadas pelas narrativas do progresso, fazendo silenciar as narrativas de formação das antigas comunidades. Em Brasileira podemos perceber esse conflito de memória de uma classe mais abastada emergente e uma população rural tradicional que reivindica para si o “mito de origem”.

As memórias são construções sociais e a todo o momento de forma consciente e tendenciosa as memórias ora são construídas, ora são revisitadas, ora são silenciadas, a memória torna-se assim ferramenta para se construir uma identidade. (BURKE, 2006). A memória coletiva tendo por função comunicar a produção da identidade a uma produção de território (MALCHER, 2006) significaria assim, por meio de seus modos de vida, suas maneiras de fazer - culinária, cercas de pedra, casas de taipa – suas celebrações – novenários, reisado - pontos de referência, que trariam uma definição do que é de fato comum a uma comunidade, fundamentando, reforçando ou mesmo criando os sentimentos de pertencimento e uma territorialidade identitária a estes sujeitos. (POLLAK, 1989).

Percebemos nas narrativas e na historiografia já produzida uma tensão, vista primeiramente na forma como moradores e pesquisadores se referem aos dois grandes núcleos populacionais do século XX. Uma nomeada de “velha brasileira” - mais antiga - comunidade ribeirinha e rural. Enquanto sob a égide do progresso a “nova brasileira”, cidade urbanizada e interligada por meio de transporte modernos como o trem e o automóvel possuía uma boa estrutura urbana, inclusive com energia elétrica algo avançado para a época. Há certa negociação das memórias (POLLAK, 1989) onde junto a memória coletiva das antigas povoações é atribuída as novas memórias. Em Brasileira, as novas memórias progressistas não romperam de fato com a memória das antigas povoações, lhe atribuíram o caráter de superação, evolução rumo ao progresso dos transportes do século XX.

Uma cidade com emancipação recente e onde se percebe uma espécie de ausência do reconhecimento da cultura local, poucas são as pesquisas na área da cultura popular contribuindo assim para esse abismo, na medida em que não

encontramos registros do Tambor de Crioula, mas se percebe a presença de outras manifestações culturais de matriz negra.

De fato, um forte imaginário do progresso modernistas do século XX impôs em Brasileira, terminando por desvalorizar sua formação e tradição cultural. Recomenda-se uma pesquisa nas antigas vilas de Piedade, Bananeira, onde há registros orais de uma comunidade de negros e bens materiais deixados por esta comunidade.

CAMPO LARGO DO PIAUÍ

Os primeiros habitantes de Campo Largo foram as famílias Olegários, Lucas, Vitalinos e Álvares. Sob a liderança das famílias Olegário e Lucas reuniam-se uma vez ao ano para que as missas fossem celebradas em suas casas pelo Padre Lindolfo Uchôa. Com o passar dos tempos, essas famílias doariam terras para São José, no intuito de erguerem uma igreja na localidade. O Padre Soares, responsável pelas missas, levantou fundos voltados à construção da igreja, pedindo a doação de um boi para cada fazendeiro da região. Fato este que consolidou o povoamento do núcleo habitacional onde hoje está situada a sede do município.

Campo Largo do Piauí, antigo povoado de Campo Largo, foi elevado à categoria de município e distrito pela lei estadual nº 4680, de 26-01-1994, quando foi desmembrado do município de Porto. Sua sede distrito foi instalada em 01-01-1997.

Campo Largo possui uma população de aproximadamente 7.035, sendo a maioria rural e uma densidade demográfica de 13,5 hab/Km². A renda per capita do município gira em torno de pouco mais de 1 mil reais, e um IDH de 0.53. Os indicadores sociais apontam a cidade com um baixo nível de escolaridade, este número se agrava quando as taxas são atreladas ao tempo médio de permanência nos estudos. A qualidade de vida é prejudicada por desassistência de itens básicos, tais como educação, saúde, saneamento, meio ambiente, falta de emprego para os jovens e poucas oportunidades de ingresso e permanência no ensino superior. Campo Largo sofre ainda com a falta de pontos de acesso públicos à internet, algo que dificulta a democratização dos meios de comunicação naquela cidade.

O município sobrevive basicamente da pesca e produção de arroz, sendo este último a principal cultura de cultivo da região, cuja população depende do campo e as atividades agrícolas das estações naturais. A falta de oportunidade de emprego obriga a muitos moradores migrarem para o sul do país, especialmente para São Paulo e Mato-Grosso. Os que ficam em Capo Largo, geralmente, tem como destino o trabalho nas fazendas e no plantio e colheita de arroz.

Apesar da existência de escolas estaduais de ensino médio, a continuação dos estudos não é prioridade do poder público, não há na cidade nenhum pólo onde seus habitantes possam dar continuidade aos estudos. Aqueles que pretendem possuir um curso de nível superior têm que se deslocarem até a cidade de Esperantina.

Em termos de riqueza natural, Campo Largo se destaca pela imensa lagoa que serve de possibilidade para as duas principais culturas de cultivos e formas de renda do município. A pesca na “Lagoa de Campo Largo” e em suas margens, bem como nos alagadiços no entorno propicia a produção familiar do arroz, responsável pelo maior faturamento da cidade como um todo. A Lagoa de Campo Largo representa ainda o lugar que “guarda mistério” para os nativos, estando vinculado ao simbolismo da “água que mata a sede do gado”. Além da belíssima área banhada pelo “Rio Parnaíba” as águas que compõem o imaginário dessa gente são conflitantes com o imaginário da seca (preces de São Francisco), como expressa a sacralização do lugar “olho d’água do cajueiro”, “lugar onde a seca não afeta o clima”.

O município tem como destaca ainda as formações rochosas, em especial, a “Casa de Pedra”, onde é possível encontrar pinturas rupestres nas paredes das rochas. O olho d’água do Cajueiro é posto pelos moradores como um dos pontos mais bonitos da região. Paisagens estas que compõem um conjunto de pontos turísticos da cidade, mas não há ainda um projeto por parte do poder público e da população para a exploração sustentável dessa área natural.

No que tange ao patrimônio arquitetônico, a cidade possui ainda antigos casarões de fazendas que contribuíram para a formação e desenvolvimento dessa região. A igreja da matriz que mesmo não sendo a construção original, resguarda em sua arquitetura fragmentos dessa primeira construção. Há relatos da existência de antigas ferramentas de aprisionamento e tortura dos negros que eram

escravizados nas fazendas da região. Tais edificações somam-se a pinturas rupestres como a gruta denominada “Casa de Pedra”, como citamos anteriormente.

Uma das principais referências culturais do município é a sua religiosidade, onde são destacados os festejos do santo padroeiro e as preces pedindo chuvas. As preces são uma espécie de procissão nas veredas dentro da vegetação natural da comunidade, onde os participantes, enquanto caminham, levam sobre suas cabeças uma pedra e durante todo o percurso entoam rezas e cânticos pedindo chuva para aliviar as dores trazidas pela seca. Destacam-se também as rezadeiras e rezadores (Cissa (nêga véa), Manoel da Cruz, dona Biluca) que mantêm a tradição de rezar nos enfermos que as procuram acreditado em seu poder de cura.

A comunidade resguarda a tradição das carpideiras que louvam os mortos em velórios e enterros, com excelências e benditos. De fato, a tradição dos velórios é que eles são sempre carregados por muita cachaça. Nesse sentido, a boa morte é sempre marcada pela presença das carpideiras, ao louvarem com seus benditos o defunto. Há a tradição de os que se faz presente no velório fazerem doações à família do morto, como café, velas, açúcar. Enquanto que a família do defunto fica responsável pelo almoço e pela cachaça. Para seu João Soares, morador da localidade, a cachaça tem o papel de facilitar a convivência com o morto, sobretudo suportar os “arrotos apodrecidos do morto”. Todos pedem benção ao morto e as roupas usadas durante a visita ao velório ficam contaminadas. Os doentes sofrem interdição, ficando impedidos de participarem dos ritos funerários. É realizada oferta de água para quem “morreu de sede”: furado, agonizando, tomando soro.

Os modos de fazer dos nativos quanto a pesca são bens culturais desta região, distinguindo-se a pesca de lagoa da pesca de rio. O modo de pescar na lagoa inclui o uso de instrumentos como, choque, jiqui (armadilha), peneira (bolsa), curral, tarrafa, engancho, paneiro e o “facho”, aonde o pescador vai à beira da lagoa com um facão e uma lamparina, sendo, portanto, o peixe pescado a golpes de facão. Na pesca de rio é usado a grosseira e a espera.

A culinária local é bem diversificada e reflete as atividades de pesca, indo à mesa variados tipos de pescados, como o sarapó, cachimbo, cangati, lambreda e navalha como frituras, assados e cozidos acompanhados de pirão de farinha. Compõe também a tradição alimentar local o caruru, o pequi e o palmito, além de doces caseiros, como os de goiaba e siriguela. Dentre as bebidas destacam-se a

cajuína e a cachaça de alambique. Na semana santa os alimentos são trocados e a prática do jejum é comum entre as famílias.

Nas práticas artesanais de Campo Largo destaca-se o nome do Sr. Antonio Lucas (Barreto). De palha faz-se redes de tranças, balaios e esteiras, do côco babaçu o azeite, do tucum o anel e da taboca as cestas e jacás. Juntam-se à lista dos artesanatos variados remédios caseiros.

Muitos bens foram mencionados, como o Bumba meu Boi, Reisado e a Roda de São Gonçalo. Os folguedos, quadrilhas e as tradições juninas são muito fortes no município. Nas Festas Juninas são realizadas grandes fogueiras, lugar sagrado onde as relações afetivas são fortalecidas pela pactuação do fogo, passagem de fago cujo parentesco é reafirmado a cada período junino. Nesta ocasião além do arrasta pé ao luar quando todos dançam forró, o Boi Cravo Lindo, do Mestre João Soares, fazia sua apresentação em outra época.

No mês seguinte às Festas Juninas, colado ao calendário popular, acontece o Festejo de São José, uma expressão do calendário litúrgico local, com novenários, shows de calouros e leilões. Este fato chama a atenção para a necessidade em compreendermos os vínculos estabelecidos entre estes eventos, os dois calendários (popular e o Litúrgico) e sua relação como os grupos sociais que os vivenciam e lhes conferem significados.

Há no município algumas comunidades que se identificam como sendo quilombolas, são as vila de São Francisco, a vila Carolina e a vila São Bernardo, onde os moradores são praticantes do tambor de crioula. Nesta cidade, há um trabalho por parte do poder público no que diz respeito ao campo cultural de valorização do tambor de crioula como uma das expressões da cultura popular típica do município.

O Tambor de Crioula, um dos principais bens culturais da cidade, é praticado nas comunidades quilombolas de Vila Carolina e Vila São Francisco, chamado de Tambor das Vilas, um diferenciador do Tambor do Jacinto. As vilas têm sua história marcada pela fortaleza da comunidade que resistiu ao despejamento policial. Desde então, o antigo nome “Titara dos Pires” ganhou cunho pejorativo e é tratado genericamente pela população envolvente de “Assentamentos”. O Tambor do Jacinto, diferentemente, está fora do assentamento, em outra região do município, numa localidade chamada Carnaúbas.

Não sabemos ao certo se o Tambor de crioula do seu Jacinto guarda alguma relação com o Tambor praticado por seu Touro no município de Batalha e cuja comunidade também é denominada de Carnaúba. De fato, muito embora fosse usual comunidades receberem nomes de algo naturalmente peculiar à região - como a grande quantidade de carnaúbas, uma nascente de um rio, um olho d'gua ou mesmo uma antiga fazenda - é bastante interessante buscarmos elementos característicos dessas práticas em ambas as comunidades.

Sabemos que em Campo Largo, segundo descrição do mestre de Boi e Reisado, Sr. Manoel, o Tambor de Crioula é uma dança de roda orquestrada por três tambores de couro e madeira, de ritmo acelerado que é tocado em periodicidade mensal para o lazer da comunidade. Já aquilo que evidenciamos na comunidade carnaúba amarela, os traços do Tambor do seu Touro têm um cunho mais religioso e de prática de cura.

ESPERANTINA

Esperantina teve sua denominação inicial de Retiro de Boa Esperança passando posteriormente a chamar-se Vila de Boa Esperança, e por haver duplicidade de topônimos, Boa Esperança foi mudado para Esperantina. Os Festejos de São Sebastião, no mês de janeiro e os festejos de Nossa Senhora da Boa Esperança, no mês de setembro, são as principais referências culturais da cidade, onde acontecem as novenas, leilões, danças e festas com bandas locais.

Com uma área de 926,46 Km², o município é limitado ao Norte pelos municípios de Morro do Chapéu do Piauí e Joaquim Pires. Ao Sul com Barras e Batalha, a Leste com Batalha e a Oeste com Morro do Chapéu do Piauí, São João do Arraial e Campo Largo. Esperantina localiza-se na região Norte Piauiense, microrregião do baixo Parnaíba piauiense, ficando na margem esquerda do Rio Longá e estando a 59m de altitude. A sede municipal fica a 180 km da capital Teresina.

A rede hidrográfica esperantinense pertence à bacia do Rio Parnaíba, sendo constituída pelo Rio Longá, em cuja margem esquerda está a sede municipal e por seus afluentes, entre os quais, os riachos: Taquari, Mocambo, Carnaúba, Canto do

Chicote, Palha, Grande, Taboca, Fundo, Mundo Novo, Cacimbinha, Angico Branco e pelo riacho do Descanso, além de outros menores. Entre as lagoas destacam-se: Coité, Caiçara, Sapo, Várzea e Jatobá. Já no tocante aos açudes, destacam-se os do Mundo Novo, Boa Vista dos Cariocas e outros de propriedade particulares.

O Rio Longá, a 18 km da sede municipal, forma a Cachoeira do Urubu, com imensos blocos de pedras esculpidas pelas águas do rio. De rara beleza paisagística, possui dois grandes platôs de pedras convergindo às águas para uma abertura que as conduz de volta ao curso normal do rio, formando três importantes quedas d' água: a do funil, a da garganta e a da pedra furada.

A cidade de Esperantina oferece também atrações distintas no decorrer do ano. Em época de seca, apenas pequenos lagos formam os filetes das águas do rio fazendo descortinar imensos blocos de pedras rochosas. Quando chove nas cabeceiras do Rio Longá, a Cachoeira do Urubu apresenta bons momentos de lazer aos visitantes. Na época de cheia, período de alta estação, praticamente, apenas a paisagem pode ser desfrutada porque o volume d'água é tamanho que a ação sobre as pedras provoca um estrondo capaz de ser ouvido a quilômetros de distância. Porém, no período da média estação, é possível um banho delicioso sobre as quedas d'água.

A vegetação é primitiva representada por duas principais fitofisionomias: ao norte, a floresta estacional semidecídua com babaçu. Na porção centro-sul, os tipos de vegetação características de áreas de transição com interpretação de elementos do cerrado, da caatinga e da floresta estacional

A história do município de Esperantina data do século XVIII, quando chegou à margem esquerda do Rio Longá, o Capitão-Mor português Antônio Carvalho de Almeida, natural da Vila de Linhares em Portugal, filho de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues. Militar, veio para o Brasil na companhia de seu irmão, Manoel Carvalho de Almeida, para servir à coroa portuguesa, assentando guarda na guarnição da Bahia. Da Bahia veio para o Piauí para colonizar terras no vale do Longá.

Antônio Carvalho de Almeida foi o primeiro habitante das terras de São Gonçalo, sendo que, em 1706, passou para a margem esquerda do Rio Longá findando, nesta data, uma fazenda de gado vacuum. Seu filho e herdeiro, Miguel Carvalho e Silva, trinta e três anos após a colonização da fazenda, se dirigiu ao Capitão General do Estado do Maranhão a que a província do Piauí estava

subordinada, pedindo que o governador lhe concedesse a dita fazenda, situada no Sítio da Boa Esperança, em sesmaria.

O governador do Maranhão e do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, em nome de sua majestade o rei de Portugal, repassou a Miguel Carvalho e Silva a dita fazenda com o Sítio da Boa Esperança, em carta de data e sesmaria a 13 de julho de 1739.

Outro português, João Antônio dos Santos, possuidor da Fazenda Urubu, construiu casas e currais em local próximo ao mencionado sítio, dando à localidade o nome de Retiro. Originou-se daí o nome de Retiro da Boa Esperança. O pai de João Antônio dos Santos, possuidor de vários escravos, construiu três tanques de pedra do urubu, à margem do rio Longá, solicitando aos filhos que não os incluíssem no seu inventário e sim, ficassem como bem comum. O local, pela qualidade do solo, atraiu moradores, dedicados à lavoura e à criação de ovelhas. Em 1847, foi concluída a construção da Capela de Nossa Senhora da Boa Esperança, onde, após sua demolição, se edificou uma Igreja.

Cronologicamente, Esperantina foi elevada como Vila da Boa Esperança em 1920. Em 1931 foi extinta como vila e anexada ao município de Barras do Maratoan. Em 1934 desmembra-se de Barras e é elevada à categoria de município, mas somente em 1943 passa a denominar-se de Esperantina e em 1960 torna-se distrito sede.

Em conformidade com os últimos dados do IBGE, a população do município é de aproximadamente 36.099 habitantes. E segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta um IDH de 0,591 médio. O trabalho e a renda familiar em Esperantina estão voltados, principalmente para atividades agropastoris, extrativismo do coco do babaçu e do artesanato.

Esperantina atualmente conta com escolas da rede pública estadual e municipal e com um pólo da UAPI – Universidade Aberta do Piauí, as quais oferecem cursos de graduação a distância como Bacharelado em Administração e em Sistemas de Informação.

O Parque Ecológico Estadual da Cachoeira do Urubu é um local de preservação ambiental, segundo o Decreto lei 9736 - 16 de junho de 1997. Esse decreto cria a área de proteção ambiental da Cachoeira do Urubu entre o município de Batalha e Esperantina.

Em Esperantina o Tambor de Crioula encontra-se em estado de memória, vinculado à Comunidade Olho d'Água. Localizado na divisa dos municípios de Esperantina, Batalha e São João do Arraial, embora silenciados, existe um esforço do poder municipal em resgatá-lo. Além do Tambor de Crioula existe também uma variedade de terreiros de umbanda na região, o que pode indicar elementos de trocas culturais entre estas duas referências culturais.

JOAQUIM PIRES

O município de Joaquim Pires está situado na microrregião do Baixo Parnaíba, com área total de 702km², e a 189 km de distante da capital, Teresina. Seus limites estão assim traçados, ao norte com Muricí dos Portelas, ao sul com Esperantina, Morro do Chapéu e Batalha, a leste com Buriti dos Lopes e Caxingó e a oeste com Luzilândia e ainda com o Estado do maranhão.

Possuindo clima tropical, semi-árido quente durante seis meses por ano, apresenta temperatura média de 35 graus. Tem grande manancial hídrico, sendo banhado pelo rio Parnaíba, pelo Rio Longá, Igarapé Grande e Quebradinha, e um grande complexo de lagoas: Cajueiro (a maior do Estado), Curralinho, Espardaste, Papagaio, Boca da Caatinga, Sossego, Santana, além do Riacho das Almas e dos açudes Placa, Jacaré e outros. Sua vegetação é constituída de campos, cerrados, florestas decíduais secundárias mistas e em menor proporção de vegetação de parque.

A história de Joaquim Pires tem início com a compra da Fazenda Cajueiro, às margens da Lagoa do mesmo nome, e mais tarde da Fazenda Casa Velha, em 1880, pelo Coronel Cândido Rodrigues de Carvalho, dos herdeiros do Coronel Simplício Dias da Silva, o fidalgo de Parnaíba. No lugar foi construído um cercado provisório de madeira comum, para ali amansar o gado da “Casa Velha”, que era bastante bravo. Depois de domesticado, o gado era transportado para sua fazenda Cajueiro. Com o decorrer do tempo, o cercado foi caindo, ficando de pé apenas a porteira que era de madeira mais forte e resistente, recebendo o nome de porteirinha.

Mais tarde chegou a Porteirinha o seu primeiro habitante - José Pereira de Souza - casado com Luzia Rosa Ferreira de Souza. José Pereira de Souza fez a sua casa de palha, perto da lagoa do cajueiro. Pouco tempo depois chegaram os segundos habitantes do lugar: os irmãos Tomaz e Manoel Tintino, este pai de dona Bernarda Cibina, ainda viva. Mais tarde aportou em Porteirinha Doroteu Firmino Sertão, homem de fortuna e de espírito progressista. Ali fez a sua primeira casa de tijolo e telha. Foi também o seu primeiro comerciante.

Doroteu Sertão, em 1920 levantou no local do antigo curral de gado do Coronel Cândido Rodrigues de Carvalho, uma capela sob a invocação de Santa Dorotéia. Essa capela continua até os dias atuais, tendo passado, em 2006, por uma grande reforma, a fim de manterem sua estrutura inicial.

Em 1927, vindo de Magalhães de Almeida, no Maranhão, chegaram a Porteirinha o Sr. Agripino da Silva Costa, que instalou uma filial da empresa Romão & Cía, funcionando até 1929. Dissolvida a sociedade, Agripino da Silva Costa fixou residência em Porteirinha, pois já havia contraído núpcias em 1928, com Dona Maria de Araújo Lima.

Filiado politicamente ao PDS e ligado ao Coronel Tomás Romão de Souza, de Buriti dos Lopes, ocupou por várias vezes, o lugar de vereador naquele município, como representante de seu povoado, passando a defender a emancipação política da localidade, embora contrariando as elites do município de Buriti dos Lopes e Esperantina. Mesmo assim, o município teve sua lei de emancipação aprovada e sancionada (Lei de No. 2054) em 06 de Dezembro de 1960, publicada no Diário Oficial de 17 de Dezembro de 1960, e se desmembrando de Buriti dos Lopes, Esperantina e Luzilândia.

O município de Joaquim Pires possui uma população de aproximadamente 13.199 habitantes, sendo 6.967 do sexo masculino e 6.232 do sexo feminino e uma densidade populacional de 17.30 habitantes por Km², segundo dados do IBGE. A referida população está concentrada entre 20 e 30 anos de idade e distribuída em 3.396 na zona urbana e 9.901 na zona rural.

Atualmente a cidade conta com os serviços básicos de energia elétrica, telefonia e água, dispondo também de agência do ECT, duas rádios FM Comunitária, além de captar o sinal de transmissão da TV Meio Norte (Rede Globo). O município também está em vias de instalação de um Centro de Inclusão Digital.

As atividades produtivas são eminentemente agrícolas, destacando-se as plantações de arroz, a pesca e a extração vegetal. A agricultura familiar volta-se para o arroz, milho, mandioca, feijão e melancia, além das culturas de vida longa como caju, laranja e banana. A atividade pecuarista se concentra na criação de gado, caprinos e suínos. É forte e significativa a piscicultura na composição da renda familiar. No extrativismo destaca-se a extração do pó da palha da carnaúba, da amêndoa do babaçu e do tucum. São apontadas ainda como fonte de renda familiar as atividades ligadas ao artesanato, como o crochê, bordados e a confecção de redes. Existe também uma incipiente atividade voltada à agroindústria, principalmente no aproveitamento da mandioca.

O município dispõe de 03 escolas de ensino fundamental na sede do município e 36 na zona rural. No ensino médio conta com 01 unidade escolar na zona urbana e 03 na zona rural, não dispondo de acesso local ao ensino superior.

A vertente religiosa revela-se ser o lado mais evidente e referido pelas pessoas de Joaquim Pires, onde as festas juninas, obedecendo ao calendário popular, são realizadas com quadrilhas, fogueiras, apresentação de Boi e Reisado, cujo grupo conhecido denomina-se Chapada do Lajeiro. Atendendo ao calendário litúrgico local é realizado ano a ano o Festejo de Santa Dorotéia, padroeira do lugar, com quermesses, barraquinhas e outras atividades. Nela os edificadros mais importantes são a Capela e a Igreja de Santa Dorotéia. No cotidiano, a identidade local é referência da com a prática de rezadeiras vinculadas ao culto afro-brasileiro, tendo como nome de destaques Maria do Massapê e Chagas do Baixão. Os velórios são ritualizados de forma fúnebre através de excelências próprias da comunidade local.

Também na vertente sócio-econômica da cultura local, tem-se destaque para o artesanato em palha (redes, abanos, vassouras, paneiros, arupembas, etc.), assim como na extração do pó da carnaúba e na pesca artesanal feita em rede, curral, choque e anzol. Manifesta-se também no modo de fazer a “comida” diária, tais como, baião de dois, peixes (curvina e Curimatá), bode, milho, galinha caipira ao molho, doce de caju, além da presença de repentista, como o Sr. Marcelo Amaro.

Embora com uma história de forte presença afro, não foi identificado a existência de Tambor de Crioula. O município de Joaquim Pires apresenta uma história controversa que embora indicando uma origem da formação do complexo

de fazenda de um coronel, tem como primeiro habitante uma família de negros, destacando-se mais tarde como fator de atração e densificação populacional a atividade comercial. Portanto, requer uma revisão sua história voltada à compreensão de sua formação étnica, histórica e econômica.

Chama-nos a atenção o manancial de água contida no território geográfico do município, uma riqueza inusitada para um estado que vem sendo castigado pela seca. Vale explorar o imaginário das águas e suas correspondentes referências culturais.

Por certo, o município esconde seu potencial no descuido da gestão municipal, haja visto o depoimento de gestores locais e a apresentação da paisagem que, embora encha os olhos do pesquisador de água e vegetação, oferece um panorama de descuido e abandono.

LUZILÂNDIA

O município de Luzilândia situado à margem direita do Rio Parnaíba, se originou de uma fazenda de gado denominada Estreito, fundada em 1870 pelo português João Bernardino de Souza Vasconcelos. Vinte anos depois, a fazenda transformou-se num promissor povoado, que pelo Decreto nº 17, de 10 de março de 1890, foi elevado à categoria de Vila com a denominação de Porto Alegre. Em virtude do Decreto Federal nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, proibir a existência de homônimos entre os municípios brasileiros e, pelo fato de a capital do Estado do Rio Grande do Sul possuir naquela época topônimo igual, sobre ela recaiu a preferência da conservação do nome por ser mais antiga e mais desenvolvida. Foi então baixado o Decreto-Lei estadual nº 754, de 30 de dezembro de 1943, mudando a denominação de Porto Alegre para Luzilândia, denominação esta, que se deu em homenagem à Santa Luzia, padroeira do município, e que atualmente, segundo os dados do IBGE, conta com uma população de aproximadamente 25.099 habitantes.

Com uma área de 735,90 km², Luzilândia limita-se ao norte com o Estado do Maranhão e a cidade de Joca Marques, ao sul, com a cidade Morro do Chapéu e São João do Arraial. Madeiro e Matias Olímpio são cidades limítrofes a Oeste, ficando a 264 km da capital, Teresina.

A hidrografia do município é fundamentalmente formada pelo trecho mais baixo do rio Parnaíba e pelos afluentes da margem direita, alguns dos quais formadores de lagoas, como, por exemplo, o riacho Morro do Chapéu, que alimenta a lagoa do Cajueiro, Luzilândia/Joaquim Pires.

A Lagoa do Cajueiro, uma das maiores do Piauí, com uma área de 17km², dos quais 10,38 pertencem ao município de Joaquim Pires. Além do seu potencial hídrico-pisceo, com várias espécies de peixes, a Lagoa do Cajueiro é dotada de paisagens exuberantes, com morros ao seu redor, tem algumas ilhas e a misteriosa "pedra encantada". Serve de suporte hídrico ao Projeto Irrigado Lagoa do Cajueiro, do DNOCS, implantado em 1974 na localidade Morrinhos, território luzilandense, e possui uma pequena estrutura turística na ilha do cajueiro, zona urbana de Joaquim Pires.

As Coroas do Parnaíba e Ilhas fluviais, também presentes em Luzilândia, são "praias fluviais" temporárias (entre junho e novembro) formadas por bancos de areia, quando as águas dos rios baixam. Há também a formação de bancos de areia no meio do leito do rio que ganham grandes extensões. Uma das ilhas mais deslumbrante é a 'ilha do satélite'.

Quanto às celebrações, existem em Luzilândia, nos meses de junho e julho, os festivais de quadrilhas, na qual reina o majestoso Bumba-meu-boi, o município também conta com outras festividades como Procissão de São Pedro, no dia de São Pedro (29 de Junho), padroeira dos pescadores, realizada nas águas do rio Parnaíba, com uma grande e festiva procissão fluvial com várias embarcações que percorrem as margens do rio, em oração ao santo protetor, os Festejos de São Francisco que começam no dia 25 setembro e prosseguem até o dia 4 de Outubro. As funções litúrgicas nos festejos de São Francisco tem início com a procissão onde a imagem de São Francisco percorre trechos do município até chegar ao Igreja dedicada ao Santo, localizada no bairro "conjuntos". Confissões, adoração ao Santíssimo Sacramento, ensaio dos cânticos, missa, pregação, ladainha e novena, são comuns à festa. Barracas com comidas e bebidas variadas, e algumas típicas da região, são oferecidas à população. O encerramento acontece sempre com a procissão onde centenas de fiéis participam. Já a festa religiosa mais importante da cidade acontece anualmente nos mês de dezembro, é promovida pela igreja católica em homenagem a Santa Luzia, padroeira da cidade. Os

festejos começam com uma semana de novenas, antecidos de missa nos últimos dias, procissão e batizados.

E sobre a economia de Luzilândia, a principal fonte de riqueza do município, é a comercialização do coco babaçu, cera de carnaúba, mandioca, mamona, e arroz, assim como o desenvolvimento do setor terciário com base no comércio local e a produção de artesanato.

Apesar de pouca pesquisa sobre a cultura local do povo desta região e devido a fragmentação do município em demais distritos municipais, tais como os de Madeiro e Joca Marques, boa parte das referências culturais dessas localidades tendem a tornarem elementos comuns, exemplo disso é o caso de uma dupla de Tambor de Crioula da região, sendo que um reside em Joca Marques, seu Antonio, e o outro em Luzilândia, seu Máximo.

JOCA MARQUES

Localizado nas proximidades da cidade de Luzilândia e Madeiro, Joca Marques conta com uma área de 166,44Km² e uma população de 4.349 habitantes. O município foi emancipado a partir do desmembramento do município de Luzilândia em 1997. A história da cidade remonta ao início do século XX, quando surgiram as primeiras habitações, localizadas à margem direita do rio Parnaíba. Semelhante as demais cidade da localidade, Joca Marques tem sua fundação fortemente relacionada às fazendas de gado da região. Uma dessas propriedades pertence à família do senhor João de Assis Marques, conhecido por Joca Marques e responsável pela emancipação política da localidade.

Embora recém emancipada e com uma densidade populacional bastante modesta, a cidade de Joca Marques tem se destacado entre os demais municípios da região como uma das principais cidades no criatório bovino.

Outra característica econômica do município diz respeito à pesca. A proximidade com rio Parnaíba propicia um desenvolvimento da atividade pesqueira na região, atividade esta com forte presença masculina. Atrelada à pesca existe também a agricultura de várzea, com o arroz, feijão, milho e mandioca como principais produtos dessa pequena economia.

O extrativismo vegetal atualmente vem ganhando destaque no município, principalmente com a organização de cooperativas dos produtores de azeite de coco do babaçu. A grande quantidade deste produto na região vem mudando a vida das comunidades rurais da cidade, que com a utilização de máquinas para moer as amêndoas do babaçu tem assim aumentado a produção do azeite.

Em termos de infra-estrutura urbana, a cidade encontra-se em fase de desenvolvimento, com carência de prédios públicos, redes de abastecimento de água e calçamentos. Exemplo disso, é a principal avenida da cidade, denominada de Edilberto Marques que só recentemente recebeu calçamentos. Com relação à saúde da população, a cidade conta com apenas um hospital público – hospital Dr. Geraldo Pinto.

Tais características tornam a cidade ainda bastante dependente do município de Luzilândia, principalmente no setor de prestação de serviços e no comércio local.

A presença de vaquejadas é um dos poucos atrativos da cidade. Organizada pelos próprios fazendeiros da região, Joca Marques consegue em tempos de festa atrair um grande número de visitantes, principalmente das cidades de Luzilândia e Madeiro. As vaquejadas tendem a coincidir com os festejos de Nossa Senhora e Fátima – padroeira da cidade – e com os festejos de São Domingos, igreja esta localizada na comunidade mocambinho, zona rural de Joca Marques.

A organização de quadrilhas escolares (festival de quadrilhas) e o Tambor de Crioula também são aspectos culturais presentes no município. O Tambor de Crioula tem na pessoa do senhor Raimundo Nonato de Sousa o principal mantenedor da tradição. Funcionário do município de Joca Marques, Raimundo Nonato se apresenta com seu Tambor de Crioula tanto em festas do município, como em eventos privados em Joca Marques e em cidade vizinhas.

MADEIRO

Localiza-se a uma latitude 03°28'58" sul e a uma longitude 42°30'16" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Limita com os municípios de Joca Marques, Matias Olímpio, Luzilândia e Porto. Fica aproximadamente a 260 km da capital Teresina. Em péssimas condições, as estradas estaduais que ligam a capital aos municípios do baixo Parnaíba, aumentam o percurso e o torna bem dificultoso.

Madeiro encontra-se no entorno da rota turística; “caminhos das águas”. Sua população estimada em 2004 era de 7.280 habitantes. Possui uma área de 177, 219 km². A população madeirense vive basicamente de atividades primárias e terciárias, principalmente na agricultura de várzea, no extrativismo (pesca, cera de carnaúba, etc), na pecuária (bovinos, caprinos e suínos) e no setor de serviços (funcionalismo público). Boa parte da população vive na zona urbana, sendo que a proporção entre esta e a população rural se equivalem.

A população sofre com desassistência básica como saneamento, educação, geração de renda, saúde, meio ambiente e segurança no trânsito. A baixa renda da maioria da população diminui sua qualidade de vida. Não há na região um grande empreendimento em produção agrícola e nem uma grande rede de comércio.

Com relação à educação escolar, o município tem um avanço no combate ao abandono. Isso, devido ao fato do município ofertar para as comunidades rurais mais distantes do perímetro urbano ensino básico. A cidade já possui uma instituição de ensino superior, com ofertas de cursos na área da educação e nas humanas, mas não é algo que venha em total benefício do povo, exatamente por ser uma instituição privada. Os cursos de ensino superior públicos acabam só sendo possível em Luzilândia e Esperantina.

O município de Madeiro foi emancipado a partir do desmembramento do município de Luzilândia em 14 de Dezembro de 1995, através do Decreto Nº. 4810/95. No entanto, a história de Madeiro remonta ao início do século XX (1913), quando surgiram as primeiras habitações, localizadas à margem direita do Rio Parnaíba. Ali se agruparam as famílias Madeira, Aristides, Tomaz e Gomes. Aliás, o nome da cidade, Madeiro, é uma homenagem à primeira família a habitar a região.

Os moradores apontam como referências culturais as práticas de uma comunidade rural conhecida como Vereda do Pinto, região da mata de babaquais, forte em sua tradição extrativista. Comunidade que se destaca pela existência, hoje em estado de memória, do Tambor de Crioula, dança do côco, reisado e boi de reisado. Relatos apontam a religiosidade como um forte traço da região e os festejos em homenagem ao seu santo Padroeiro (Santa Rita). Destacam-se na comunidade as festas de juninas.

As culturas de matriz negra sofrem com o esquecimento. Há na região a comunidade chamada Vereda do Pinto, onde se encontra a presença de expressões culturais populares e negras como a Dança de Côco, Bumba Meu Boi,

São Gonçalo. O Tambor de Crioula foi mencionado por seu Máximo, tambozeiro de Luzilândia, afirmando ter se tornado mestre de Tambor de Crioula em uma comunidade chamada Pitombeiras, hoje situada na zona rural de Madeiro.

MIGUEL ALVES

Localizado na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense de latitude 04°09'56" e longitude 42°52'43", distante da Capital Teresina cerca de 110 Km², possui uma área irregular de 1.413 Km². Miguel Alves faz limites ao norte com os municípios de Porto, Nossa Senhora dos Remédios, ao sul é limítrofe com União e Lagoa Alegre, a oeste com Maranhão e leste com Barras, Cabeceiras e Nossa Senhora dos Remédios.

A população está distribuída equilibradamente entre jovens e adultos, O município possui cerca de 6.182 logradouros, sendo 91% deste próprios e apenas 1% alugados. A população ultrapassa hoje a faixa de 33 mil habitantes., sendo a maioria fixados na zona rural. O município possui um hospital (Hospital Pedro Vasconcelos) mantido com recursos estaduais, localizado no centro da cidade, e possuindo cerca de 25 leitos. O Serviço de Atendimento de Urgência Móvel (SAMU) e um posto de saúde são mantidos com recursos da prefeitura municipal de Miguel Alves, além de 09 postos de saúde localizados na zona rural. O município ainda conta com o PSF e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. O serviço de transporte rodoviário intermunicipal é realizado por empresas que utilizam em suas linhas ônibus convencionais e pequenas vans. Já o transporte hidroviário, existe para o transporte de cargas e de pessoas cujos destinos são os municípios de Duque Bacelar e Coelho Neto, ambos localizados no Estado do Maranhão.

A energia elétrica de Miguel Alves é distribuída pela Companhia Energética do Piauí (CEPISA). Segundo dados do PNUD e IBGE, apenas 49% e 50% dos

domicílios possuem energia elétrica. Apenas 55% do lixo da cidade é coletado, a outra parcela é depositada em queimadas, terrenos baldios, leito dos rios e etc. O abastecimento de água atende apenas 25% dos domicílios, sendo 62% das casas abastecidas por meios alternativos e 12% possuem poço ou nascentes.

A cidade possui agências lotéricas e bancárias (Banco do Brasil e Banco Postal do Bradesco). Um município de forte comércio propiciando assim trabalho para terceiros. (laudo técnico do INCRA, professora falta ver a referência completa)

A população local tem no funcionalismo público uma das principais fontes de renda. A agricultura e o extrativismo (babaçu, palha de carnaúba, carvão vegetal madeira em tora, tucum) seja ela para jovens e adultos ainda é a principal fonte de renda e sobrevivência. O PIB per capita da região é de 1.833.99 reais. Grande registro do PIB do município vem do setor de prestação de serviços.

Em termos de crescimento educacional, Miguel Alves possui cerca de 100 escolas públicas e 1 escola particular do 6º ao 9º ano do ensino básico. Possui uma escola de ensino profissionalizante gratuito para operador de computadores. União é o campus de ensino superior mais próximo. Recentemente, a Secretaria de Educação do município reformulou o plano de carreira e salários dos professores e profissionais da educação.

Há um grande destaque para a indústria de produção de arroz, mas o beneficiamento do arroz produzido é feito fora do município. Segundo alguns trabalhadores agrícolas, muitos dos que trabalham na lavoura do arroz estão adoecendo devido ao uso de agrotóxicos, que também afeta a qualidade da água e do pescado na lagoa.

Uma região rica em recursos hídricos, compondo um grupo de municípios onde o volume pluviométrico excede a média estadual. Uma área verde ainda preservada. Uma região de morros, com recorrência de mata de babaçual e outras palmeiras, tais como o buriti, a carnaúba, a macaúba e o tucum.

Os desenhos geomorfológicos da região compreendem superfície aplainada com presença de áreas deprimidas, que formam lagoas temporárias; superfícies tabulares re-elaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes levemente ondulada, e altitude variando de 150 a 300 metros; superfícies onduladas, relevo movimentado correspondente a encostas e prolongamento residuais de chapadas, desníveis e encostas acentuadas de vales e elevações, altitude entre 150 a 500 metros (serras, morros e colinas) e superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas)

com relevo plano e altitude entre 400 e 500 metros, com grandes mesas recortadas. Encontra-se na Bacia do Rio Parnaíba, a mais extensa dentre o nordeste. (laudo INCRA) A cidade fica a 50 metros do nível do mar, apresentando temperaturas mínimas de 22° e máxima de 37°. Possui 68% de umidade relativa do ar. Destacamos da cobertura vegetal ainda a floresta estacional semi-decidual com babaçu, apresenta tanto elementos do cerrado como da caatinga, as atividades agropastoris e o extrativismo predatório diminuíram a presença de área preservada.

Na fauna da região se destaca as aves de médio porte, como bem-te-vi, sabiá, nambu, bigode, canção, chico preto, cabeça de bode (galo campina) curica, juriti, jaú, pica-pau, rolinha, codorniz, garça, marreca. Quanto aos animais de pequeno e médio porte temos as pacas, veados, pebas, raposas, guaxinims, mucuras, mocós, onças e jacarés (quiba).

Sabemos da origem e fundação da cidade de Miguel Alves pelos relatos dos primeiros habitantes do lugar, que chamavam de Porto da Lenha, isto porque a atividade da navegação do rio Parnaíba utilizava como, possuindo portos para ancorarem vapores e lanchas, que ali chegavam para a comercialização de mercadorias e comprarem abastecimentos, para longas viagens. Rio à cima, rio abaixo, também pegavam lenhas para combustão das máquinas à vapor. No final do ano de 1845, o cearense Miguel Alves, castigado pela seca que assolou o Ceará que durou de 1844 a 1846, onde provocou a morte do gado e espalhou fome entre os cearenses. Nesta seca um saco de farinha de mandioca era trocado por ouro ou prata. Por este motivo Miguel Alves com sua esposa e dois filhos chega ao Piauí, construindo residência num morro perto do rio Parnaíba. A vista era muito bonita, por este motivo ele batizou o lugar de Monte Alegre. Desenvolvendo o comércio e o cultivo da terra, produzindo arroz, milho, mandioca, algodão e fumo, o qual foi o principal produto da terra por vários anos. Seus descendentes permaneceram no povoado.

Em consequência de uma das mais graves secas que atingiram todo o nordeste, acontecida em 1877 a 1879, a cidade de Miguel Alves sofre um intenso processo migratório. O Ceará, por exemplo, tinha, na época, uma população de 800 mil habitantes. Destes, 120 mil (ou 15%) emigraram para a Amazônia e outras 68 mil pessoas foram para outros estados, principalmente para o estado vizinho, o Piauí. A seca de 1877, que ficou na memória e no imaginário coletivo, provocou a morte de aproximadamente 800 mil pessoas em todo nordeste (Conforme Diário de

Pernambuco, agosto de 1977). Destes, muitos migrantes cearenses fugiram da seca para fixarem suas residências nas propriedades do senhor Miguel Alves que os recebeu de braços abertos: seus conterrâneos e alguns parentes, tendo em vista a notícia que o lugar era muito fértil e agradável a diversos cultivares. Em lugar previamente determinado pelo proprietário, levantaram suas casas e passaram a trabalhar na agricultura, aproveitando sempre as áreas ribeirinhas, as vazantes e os baixões. Antes da chegada dos migrantes o lugar possuía seis habitantes que era a família de Miguel Alves, e em 1877, devido à migração, o número de moradores cresceu bastante e o lugar passou a ser conhecido como “Arraial do Seu Miguel”. A igreja e suas escadarias davam vistas as águas correntes e barrentas do rio Parnaíba.

Atualmente, além da presença de alguns casarões antigos no centro da cidade existem também os casarões de fazendas, as ruínas de uma casa grande na comunidade Olho D'água do Azevedos, bem como um cemitério, lugar este onde estão enterrados os primeiros habitantes daquela comunidade. Encontramos ainda o casarão em Brasileira, região da antiga fazenda dos Azevedos e o mausoléu do fundador da fazenda.

Uma das tradições mais fortes da região ao lado dos folgedos, reisados, bois de reisados, divino, as carpideiras, rezadeiras, rodas de São Gonçalo, tambor de mina, novenários, casas de taipa é o Tambor de Crioula. Uma referencia cultural manifestada principalmente nos Estados do Piauí e Maranhão e marcada pela alegria e irreverência do povo negro e rural.

Em muitos casos, o Tambor de Crioula tem um caráter de agradecimento por uma “graça”, isto é, pagamento de uma promessa ou apenas homenagem a santos, geralmente São Benedito, um santo negro que segundo a tradição gosta de tambor, ou simplesmente possuir uma função de alegar os terreiros por onde passam, como os praticantes se referem, “levar a brincadeira a todos da comunidade e de fora dela” (Chaga Binga). No Maranhão a dança é muito praticada na região dos Cocais, sendo este um dos pontos em comum com as tradições dos dois Estados. Com um sentido diferente do vizinho, são executados muitos movimentos dos brincantes e muita descontração.

As motivações que levam os grupos a dançarem o Tambor de Crioula são variadas: quaresma, maio (12 para o dia 13) e festa junina, pagamento de promessa, santo reis ou simples diversão. O Tambor de Crioula geralmente é

realizado do lado de fora da casa, no terreiro (eira) das casas dos praticantes ou daquele que a contratou. Dessa maneira, os mestres são contratados, o dono da “orquestra” cobra em média 60 reais por noite, alimentação e 03 litros de pinga.

Na dança Tambor de Crioula, encontramos uma particularidade que se constitui o ponto mais alto da coreografia da dança: a “punga”. A punga é o momento no qual só se encontram na roda de tambor os homens, executando um movimento similar a uma rasteira de capoeira. O outro dançante, por sua vez, passa por cima do parceiro ou se esquiva para fugir do movimento.

São três tambores nos tamanhos pequeno (mexerico), médio (socador) e grande (tambor grande) – o conjunto é a orquestra. Aroeira, jatobá, piquiá, sapucarana, tamboril, são as madeiras mais usadas. É recorrente “catar” a madeira já ocada, a tora depois de uma raspagem com lixa por dentro e fora é coberto um de seus lados com coro, que pode ser de boi ou de bode. O coro é fixado com pregos ou taxas. Caso o tambor esteja frio o som é baixo, daí a necessidade de colocá-lo perto do fogo, ou seja, e nas palavras dos participantes “afinar o tambor”.

Brincadeira ou festa, no Tambor de Crioula de Miguel Alves bebem as mulheres e os homens. O ritmo é constante, “o socador é o que puxa” (mestre Chaga Binga), o tambor socador tem por função, algo parecido como um metrônomo, seu ritmo é constante e a base de toda a orquestra. O Tambor grande possui uma particularidade que é o improviso, fugindo da métrica constante dos outros tambores. Há sempre um refrão fixo e as letras são construídas pelas improvisações dos cantadores e respondidas em coro pelos brincantes.

O ritmo do tambor de crioula piauiense se distância um pouco do ritmo dos tambores maranhenses. Se destacando o tambor piauiense por uma maior velocidade na execução do movimento e consequentemente uma maior execução de notas em um tempo binário.

NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

O município de Nossa Senhora dos Remédios teve sua criação estabelecida no ano de 1961, sendo efetivamente instalada no dia 15 de Dezembro de 1961. Segundo dados históricos, Nossa Senhora dos Remédios originou-se das fazendas Peixão, Descuido e Morrinhos, respectivamente dos proprietários Joaquim José do Rego, José Antonio Rodrigues e Florêncio Araújo Rocha, daí surgindo o povoado Peixe.

Grande parte da vida econômica da cidade gira em torno da produção do arroz, milho e mandioca, sendo que no extrativismo predomina o babaçu, tucum e a carnaúba. Tendo seus limites territoriais com as cidades de Barras, Porto e Miguel Alves, a cidade de Nossa Senhora dos Remédios apresenta uma grande quantidade de povoados, tais como os de Riacho da Mata, Bacuri, Baixão, Lagoa de Fora, São Jacó, Tabuleiro, Pequizeiro, Alto do Facão, etc.

É no período da quaresma que é realizado na cidade de Nossa Senhora dos Remédios uma semana de Tambor de Crioula. Os motivos que cercam a festa, segundo o líder do Tambor na região, o senhor João Braz de Araújo é para animar a população da cidade, já que os versos da cantoria enfatizam, aos pedidos dos ouvintes qualquer tipo de situação ou condição política, econômica e social do momento.

Segundo um dos praticantes do Tambor de Crioula, a utilização de bebidas alcoólicas se torna necessária no ato de tocar e cantar o tambor pelo fato de passarem muitas horas ritmando com o instrumento. Como o tambor de crioula realizado pelos populares de Nossa Senhora de Fátima o total de integrantes chega a apenas três ou quatro isso requer, portanto, um grau de esforço considerável para a realização das batucadas e cantorias durante os encontros.

Em geral, a madeira birindiba é a ideal para a confecção dos tambores, que além da madeira leva também no seu preparo o couro de boi. Todos os tambores são confeccionados pelos próprios cantadores. Em Nossa Senhora dos Remédios é comum os praticantes do Tambor de Crioula cantar em festas dos povoados locais. Nesse caso, fica a cargo daquele que conserva e mantém os tambores em seu domínio a responsabilidade de um eventual contrato.

O 13 de maio é outro momento em que os “tambozeiros” se confraternizam na cidade de Nossa Senhora dos Remédios ao som dos tambores. Tal data é representativa no imaginário coletivo desses integrantes, pois ressignifica a “data dos negros”, a lei Áurea, diz o senhor João Braz de Araújo.

PORTO

Historicamente ligada ao comércio fluvial e à criação de gado, Porto teve sua origem na antiga vila de Marruás, que por força do decreto municipal de 1931 passou a denominar-se João Pessoa.

A antiga fazenda de gado “Marruás” foi uma das cidades que mais cresceram com o desenvolvimento da navegação a vapor do rio Parnaíba. Naquela oportunidade, uma das principais riquezas da região era a extração do babaçu. Na agricultura, a plantação e o cultivo do arroz ganham destaque.

As referências culturais detectadas na pesquisa de campo, a priori, dizem respeito às quadrilhas e aos grupos de caretas. Tais manifestações são organizadas em torno das festividades da Semana Santa.

SÃO JOÃO DO ARRAIAL

Localizado na região norte do Estado, o município de São João do Arraial situa-se a 186 km de Teresina. Possuindo uma área de 200,2 km², limita-se a

norte com as cidades de Luzilândia e Matias Olímpio; a sul com Campo Largo e Esperantina, a leste com Morro do Chapéu e Luzilândia e a oeste com Campo Largo. O acesso à cidade pode ser feito pela BR 222 e pela PI 116.

Sua paisagem natural apresenta uma região densa em coco babaçu, contando com o Riacho da Passagem do Leite e com o açude Marruazinho, possuindo uma população de 7.022 mil habitantes, sendo 40% na zona urbana da cidade e 60%, na zona rural. Sua população é formada por pessoas da própria região e por cearenses que migraram para o Piauí durante as grandes secas, nos anos 15, 32 e 58.

O atendimento na área de saúde é feito através de uma Unidade Municipal de Saúde da Família instalada na sede do município, e por 04 (quatro) postos instalados nas comunidades Santa Maria, Marajá, São José e Marruazinho, possuindo ainda um Centro de Referência em Assistência Social - CRAS responsável pela implantação dos programas assistenciais oferecidos pelo governo federal e estadual.

A economia e renda da cidade vêm da agricultura familiar e do extrativismo vegetal do babaçu e do tucum. Na produção agrícola se destaca o cultivo do arroz, milho, mandioca e feijão. Na pecuária a produção concentra-se na criação de caprinos, bovinos, suínos e aves.

O IDH do município é de 0.528, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano; PNUD (2000). Uma das estratégias de sustentabilidade utilizada pela gestão municipal foi a criação do Banco dos Cocais, com moeda própria denominada “cocal”, cujo papel é aumentar o grau de aglutinação da riqueza local dando-lhe visibilidade ao conjunto da população.

Na área da educação, o município oferece ensino infantil, fundamental e alfabetização de jovens e adultos. São João do Arraial possui escolas na sede e na zona rural. Existe, ainda, um trabalho especial realizado com crianças através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Recentemente foram iniciadas as atividades de uma Escola Agrícola situada nos limites da sede do município, onde está sendo desenvolvida a pedagogia da alternância que concilia o calendário agrícola com o calendário escolar.

O município abraça a cultura como ponto significativo para a qualidade de vida local, garantindo internet de acesso público e fazendo adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Realiza fóruns e oficinas voltados ao resgate e fortalecimento

do patrimônio cultural local. O município também realizou a sua primeira Conferência Municipal de Cultural, em 12 de dezembro próximo (2009). A pasta da cultura é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do Departamento de Cultura.

A Sra. Maria de Melo Lima informa que a região iniciou seu povoamento com a chegada de Amaro Cardoso de Sousa, vitimado pela seca do Ceará, quando adquiriu uma grande propriedade situada na área denominada Taboca dos Santanas.

Aproximadamente em 1936, a propriedade foi dividida, mediante a venda, entre José Tomaz de Lima, Marco Pereira Lima, José Pereira Lima e Joaquim Pereira Lima, que também chegaram procedentes do Ceará. Mais tarde, a família dos proprietários – ao pedir ajuda a São João para um filho que estava em estado imobilizado - prometeu ao santo a doação de 100 metros quadrados de terras para construção de uma igreja. Com o restabelecimento da saúde do filho enfermo, em 1969, e com o conseqüente pagamento da promessa foi então construída a primeira Igreja, bem como feita a primeira missa. “O filho ainda hoje está vivo para contar a história”, afirma D. Maria Lima. Essa pequena capela é hoje a edificação, o marco mais significativo da historia do lugar.

Outro fator de atração ao local apontado foi a disponibilidade de “água boa”, fato este que motivou a transferência de familiares da vizinhança, do “interior” para o recente povoado. É apontada ainda como fator de atração, a construção de um Colégio Estadual em terreno doado por Francisco Tomaz de Lima, na gestão do então governador Helvídio Nunes.

Diferentemente da versão de Dona Maria, o portal eletrônico da Prefeitura Municipal conta que em 1970 o Senhor Miguel Ramos, morador da região, sugeriu a um grupo de amigos a construção de um campo de futebol onde hoje está localizada a praça principal da cidade. Segundo o referido portal, após a instalação do campo, começou a haver um movimento e as pessoas passaram a ir todo final de semana para a região. A proprietária do terreno onde funcionava o campo de futebol, Raimunda Pereira, solicitou uma sugestão de nome para o local, sendo esta ligada ao então padroeiro da localidade. Dessa maneira, e depois de variadas discussões com a comunidade surgiu o nome de Arraial de São João.

Ao lado do campo de futebol, foi construída uma capela de palha onde se realizavam orações. A partir deste momento, começaram a surgir as primeiras

casas ao redor da capela. Na década de 80, o povoado recebeu uma escola, energia elétrica e um posto telefônico.

Durante os anos 90 surgiram os primeiros movimentos para emancipação do povoado havendo sete anos depois um plebiscito tornando o povoado Arraial um município, a ser denominado de São João de Arraial. A primeira administração foi a do Prefeito Bernardo Aroldo Rocha. Hoje, o município vive sua terceira administração tendo como gestor eleito o prefeito Francisco das Chagas Lima, do Partido dos Trabalhadores (PT).

O arraial de São João já era realizado no povoado antes da emancipação do município. Neste contexto, as Festas Juninas são também festa do padroeiro na semana que antecede o dia 24 de junho. A festividade, atualmente denominada de Festival de Cultura, envolve toda a população, tendo início com o levantamento do mastro e finalizada com sua retirada. Compõe a festa Barraquinhas, quadrilhas, fogueiras em à Igreja e nas casas, lugares estes onde as relações de afinidades são reafirmadas pela “passagem do fogo”. Soltam-se balões de São João e muitos fogos. Nelas a apresentação de Bois, Reisados e Quadrilhas completam as festividades.

O resgate da cultura local tem recebido um forte apoio da administração pública de São João do Arraial. Do festival junino "Arraiá de todos" participam 13 municípios da região como Esperantina, Matias Olimpio, Campo Largo, Morro do Chapéu, Luzilândia, Madeiro e muitos outros. O evento é realizado em cinco etapas. Na primeira etapa, as apresentações são realizadas nas comunidades e organizadas pelas escolas municipais e associações de moradores. Na segunda etapa acontece durante as novenas e leilões. Nesta etapa, os grupos culturais, que representam o folclore da região, fazem suas apresentações no município. A terceira corresponde ao concurso municipal de quadrilhas. Na ocasião há premiação para os três primeiros lugares. A quarta refere-se ao Concurso Regional de Quadrilhas, em que participam as duas melhores equipes colocadas na etapa municipal de São João do Arraial, como também, as vencedoras de todos os municípios vizinhos. Nesta etapa é escolhida a quadrilha campeã do Território dos Cacaís. Durante a última etapa, é realizada a grande festa junina. Na ocasião, acontece a escolha do casal caipira e o concurso municipal de fogueiras.

O Festival Arraiá de Todos foi realizado a primeira vez em 2005, e hoje conta com uma vasta programação, incluindo as festividades religiosas do município. O

evento tem sido um forte e sólido instrumento para o resgate do patrimônio cultural das tradições locais, promovendo, ao mesmo tempo, a integração dos vários municípios do território dos cocais.

Com relação à matriz alimentar do município os seguintes quitutes: paneladas, cremes de maracujá, mungunzá, milho assado, espetinhos, doces de caju e goiaba. Em 1932, quando a seca impediu a produção da mandioca, a farinha foi substituída pela massa do babaçu, do qual se produz cuscuz, bolos, pães, beijus, pirões e todos os alimentos à base de farinha, além de sorvetes e picolés. Para beber a população produz cajuína, vinho de caju e licor de genipapo, além de variados tipos de Cambicas (cajá, tamarindo, banana, manga, buriti, pitomba, etc...). Vale um destaque especial para a Cambica, um tipo de suco feito à base de leite de coco babaçu e suco de frutas. “Tira-se leite do coco babaçu e acrescenta-se a fruta e o açúcar, pisa-se tudo no pilão e depois cõa na peneira”, diz dona Maria.

Podemos, portanto, afirmar que os alimentos marcadores da identidade de São João do Arraial estão vinculados ao côco babaçu. Quer seja no consumo cotidiano das “cambicas” ou no uso do entrecasco do côco babaçu – “massa do coco”. Na localidade a “massa do coco” faz um papel na dieta alimentar de substituto do trigo, da farinha e da tapioca, diferentemente de outras localidades do Piauí, onde o entrecasco do coco babaçu é significado mais como remédio ou complemento alimentar, estando fora da área da comensalidade. Apesar da importância da “massa de coco” para a população local a farinha continua sendo produzida por toda região obedecendo ao modo de fazer tradicional através da desmancha ou farinhada que, no município, acontece de junho a setembro.

Além da extração da amêndoa do coco babaçu, realizada pelas “quebradeiras de coco”, do uso da palha para cobrir casas, mais recentemente do coco babaçu tem crescido uma forte e variada vertente de linha de produção em artesanato.

O TAMBOR DE CRIOLA de São João do Arraial é hoje o de maior legitimidade e reconhecimento público no estado do Piauí. Prática permanente - iniciada aproximadamente em 1935, com a chegada dos negros Africanos - segundo o imaginário popular, ocorrendo durante o ano inteiro na localidade denominada Chapada da Sindá, assentamento onde residem aproximadamente 80 famílias. O “pai do tambor” é o Sr. João Luzia, antigo boeiro e também cantador de reisado, fato este que informa a relação entre essas manifestações culturais.

Segundo um dos praticantes do tambor na região, originalmente o tambor de crioula teve a função de informar aos caçadores da chegada de um grupo de caçadores com caça na comunidade, sendo tocado durante o compartilhamento e consumo do produto da caça. As diversas conquistas passaram a ser festejadas com o Tambor de Crioula. Hoje, além do grupo de Tambor de Adulto, a comunidade conta com um grupo de tambor mirim. Podemos, portanto, inferir tratar-se de uma manifestação cultural em plena reprodução, requerendo pesquisas para compreender sua significação no conjunto das relações sociais do grupo e respectiva consciência coletiva. Se o Tambor de Crioula da “Chapada da Sindá” tem sua significação circunscrita à vida da comunidade e sua visibilidade se encontra no momento para além das fronteiras municipais, tem-se a necessidade, portanto, de analisá-lo sem perder de vista o caráter da fetichização e espetacularização sobre as quais tais referências culturais sofrem na atualidade.

Se o Tambor de Crioula “Chapada da Sindá” tem significação circunscrita à vida da comunidade, se sua recente visibilidade no município, e para além das fronteiras municipais, o submete a processo de fetichização e espetacularização é uma questão que precisa ser respondida ao longo dessa pesquisa.

Já na Gameleira, outra comunidade do município, o tambor de crioula tem como pai o Mestre Luis Bimba e também o Mestre Gregório. Nela a expressividade ganha outros significados, exemplo disso é a autodenominação que tais sujeitos dão àqueles que praticam o tambor, vistos por eles como tocadores de tambor, enquanto que para outros sujeitos, não praticantes do tambor, a denominação dada é batedores de tambor. Será, portanto, necessário a sistematização de pesquisas que venham a subsidiar políticas de manutenção da cultura local, bem como meios capazes de fortalecer as múltiplas referências culturais do município, diminuindo os riscos de solução de continuidade, em caso de mudança de gestão municipal.

Recomenda-se um aprofundamento sobre a história social do município voltada à compreensão analítica das tradições locais, assim como o registro etnográfico do Tambor de Crioula da comunidade Chapada da Sindá, uma vez que o grupo vem ganhando projeção estadual e nacional com freqüentes apresentações públicas, enquanto as outras manifestações e os outros grupos também produtores do fenômeno têm menor legitimidade. Compreender os impasses e tensões dessa situação possivelmente requer o entendimento da relação entre as comunidades envolvidas e suas histórias, cabendo a essa pesquisa seu desvendamento.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em termos históricos é notória a influência da instalação das fazendas de gado e a constituição cultural da Região do Tambor de Crioula em estudo, cuja configuração da identidade cultural aponta para variadas influências do período colonial.

Assim, a construção de identidade cultural na região aponta para o encontro etnográfico entre portugueses, indígenas e negros, o que pode ser identificado na confluência de religiosidades, predominada em festas religiosas, que, sob domínio das elites locais, cujo processo de atualização e ressignificação refletem a tendência ao mascaramento da presença indígena e negra, transfigurando seus modos de viver em meros traços culturais em extinção ou em espetáculos pontualmente apresentados em momentos festivos produzidos pelas elites dominantes locais.

Para esclarecer tais questões será necessário nos deter sobre a possível bibliografia existente sobre a religiosidade afro no Piauí e também fazer uma busca mais refinada sobre os registros em documentos sobre as possíveis proibições das manifestações religiosas africanas, especialmente do Tambor de Crioula, a exemplo do identificado no Maranhão pela equipe de pesquisadores responsável pelo referenciamento cultural do Tambor de Crioula naquele Estado do Brasil.

Pesquisas recentes sobre a sociedade e a economia coloniais no Brasil vêm revelando uma realidade mais complexa, buscando dar conta da diversidade cultural no período colonial (BRITO, 2007). O inventariamento do Tambor de Crioula poderá contribuir com a construção desse novo olhar sobre o universo colonial no

Piauí, possibilitando resgatar dados tradicionalmente esquecidos do cotidiano dos negros, dando início ao registro etnográfico das relações e significações envolvidas.

O foco analítico voltado para a micro-análise poderá possibilitar a maneira como essas populações vivem e pensam. A pesquisa do Tambor de Crioula poderá também contribuir para o entendimento da religiosidade na região e a formação do Patrimônio Cultural no Estado, cuja lacuna precisa ser preenchida, uma vez que o tema tem sido abordado predominantemente a partir da religiosidade da classe dominante.

Em se tratando de uma região formada por fazendas de gado as influências de tradições portuguesas aparecem na forma de reisados, bois, pastorinhas, dentre outras. Tais manifestações referenciam culturalmente essas populações na medida em que foram por elas reinterpretadas. Interessa-nos, portanto, o entendimento dessas tradições a partir do olhar das populações que as produzem e sua importância para a continuidade do modo de vida das populações envolvidas.

Assim, as fichas de identificação do sítio apontam para várias referências culturais (ver quadro anexo), cujo eixo de manifestação são a religiosidade, a alimentação e as atividades produtivas. Na religiosidade predominam as festividades juninas e o período natalino, além dos ciclos locais marcados pelas festas dos santos padroeiros de cada lugar. Nesse contexto são correntes as festas juninas com suas fogueiras, compadrio de fogo, bumba-meu-boi e reisado. É também comum no período natalino o reisado e o boi de reisado. De forma espetacularizada, aparecem também nesses momentos de celebrações o Tambor de Crioula.

Na alimentação observamos o peixe como um lugar comum, além de doces, cajuínas e licores. Variadas são as técnicas de pesca, diferenciando-se as formas de pescar nas lagoas para a forma de pescar nos rios. Nas atividades produtivas foram identificadas a produção do artesanato em palha e feito a partir do coco babaçu.

Do babaçu emergem produtos e relações. A produção da “massa do babaçu”, uma espécie de trigo da região, base para pães, bolos e sorvetes preparados pelas famílias em seus cotidianos. Edificam-se as casas de taipa, com suas paredes estruturadas à base de traçados de talos de babaçu e coberta com suas palhas. Casas feitas na forma de mutirão, que como símbolos, celebram seus

sujeitos e renovam suas relações revelando seu significado de continuidade do grupo e de suas relações familiares.

Embora o município de São João do Arraial apresente uma política voltada à cultura de forma articulada com a economia local, o município de Luzilândia seja articulado na apresentação de um Festejo com riqueza de manifestações culturais e o município de Madeiro realize um Festival anual de reisado, em geral, encontramos a relação entre órgãos públicos de cultura, quando existem, desarticulados dos grupos e entidades culturais, pouco reconhecimento das tradições e suas manifestações locais, além de desconhecimento dos gestores locais sobre legislação, programas e projetos desenvolvidos por órgãos públicos da cultura a nível estadual e nacional. Em Madeiro, por exemplo, mesmo com a realização da 11ª. versão do Festival de Reisado, a população local e o gestor da área de educação resistiu a falar sobre as referências culturais do lugar.

Nesse contexto a democratização da cultura tem ficado comprometida, deixando de apresentar uma política de desenvolvimento cultural voltada ao resgate e valorização das referências culturais. Dessa forma, o Poder Público nesses municípios pouco tem investido na cultura da região, não priorizando a cultura na lei do orçamento do município, apresentando pouco ou nenhum investimento de capital para desenvolver a cultura, desconhecendo os recursos destinados à cultura, além da ausência de órgãos locais específicos para eventos culturais e o conseqüente ausência de planejamento específico para a cultura local, deficiência de Políticas para o Resgate e Valorização da Identidade Cultural da Região, descontinuidade das Políticas Culturais, pouco conhecimento dos gestores e da população, pouca conscientização cultural e ambiental, desvalorização da Cultura (costumes e manifestações), do Patrimônio Público Cultural, pouco apoio na conservação histórica, programas infantis não valorizam a cultura, desmotivação da População para participar ativamente na cultura, dificuldade de acesso, não há uma inter-relação entre cultura e educação (ações conjuntas), pouco conhecimento dos jovens sobre conhecimento cultural local, não existe ligação entre o passado histórico com o presente, concepção limitada da sociedade em relação à cultura, pouca tradição nos resgates históricos, poucos movimentos e ações que resgatem a cultura nacional e local, insuficiência no que se refere à questão de registro cultural, centro cultural local, diminuição do potencial turístico.

O Tambor de Crioula foi identificado em apenas dez dos treze municípios visitados. Desses, Porto, Campo Largo, Miguel Alves, São João do Arraial, Batalha, Luzilândia, Madeiro e Nossa Senhora dos Remédios, apresentam a atividade em sua forma viva, em Esperantina e Barras os “tambores estão silenciados”, como afirma a população local para indicar seu estado de memória. Em Joaquim Pires, Brasileira e Joca Marques não foi identificado indicadores da possível presença, atual ou passada, do Tambor de Crioula. Em São João do Arraial a história do Tambor de Crioula está originalmente associada a atividade da caça. Na comunidade Chapada da Sindá o Tambor era tocado sempre quando a caça chegava na comunidade para chamar os demais caçadores para o partilhamento da mesma. Era comemoração do sucesso ao caçar, expandindo-se para o festejamento de outras atividades. Nos demais municípios o Tambor de Crioula está associado ao culto afro. Em Miguel Alves é parte das Celebrações a Santos Reis.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marta. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *A Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (1880-1900)*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004. Tese doutorado em História Social.
- ARAÚJO, Maria Mafalda B. de. *O poder e a seca no Piauí-1877-1879*. Teresina: EDUFPI, 1991.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória/Sertão*. São Paulo-SP: Editor Cone Sul/Editora UNIBE, 1998.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.
- _____. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.
- BURKE, Peter. A história como memória social IN: _____. *Variedades Para a História cultural*. 2º ed. Rio de Janeiro; civilização Brasileira, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio – os significados da escravidão no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994.
- COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v.2. Teresina: Artenova, 1974.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. “Desfamiliarizar o presente e solapar suas certezas: receitas de Michel Foucault para uma escrita subversiva da história”. IN: (org) NASCIMENTO, Francisco A. Et ali. *Histórias*. Recife: Editora bagaço, 2005.
- CUNHA, Higino. *História das Religiões do Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.
- FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.
- _____. *O Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.
- _____. “Mulheres do sertão nordestino”. In: Mary Del Priori. (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

- FERRETI, Sergio F. "Notas sobre o sincretismo religioso Brasileiro – modelos, limitações, possibilidades". *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 11, pp.13-26.
- FILHO, Alcebíades Costa. *A mulher escrava no Piauí*. Teresina-Pi: UFPI, Departamento de História, Monografia, 1988, mimeo.
- _____. *História da mulher escrava no Piauí*. Cadernos de Teresina: Teresina, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 1978.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ED. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro, Ucam; Ceaa, 2001.
- GODÓI, Emília Pietrafesa, NIEMEYER, Ana Maria de (Orgs.) *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MOTT, Luís R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. V.4. 2ed. Teresina: Artenova, 1975.
- PRICE, Richard. O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano. 25, n.3, 2003. pp.383-419.
- _____. & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005.
- POLLAK, Michel. "Memória, esquecimento e silêncio". IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na Economia do Piauí – 1900-1920*. Teresina: UFPI/ALP, 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 7º ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- SCHAWRCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". IN: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SLENES, Robert. 'Malungo, N'agona vem!': África encoberta e descoberta no Brasil. Luanda: *Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura*, 1995.
- SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas: Unicamp/Cecult, 2001.
- SOUSA, Marina de Melo e. *Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de Rei Congo*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- ARANTES, A. A. "Como ler o INRC". In: INRC. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. Departamento de Identificação e Documentação. IPHAN. Minc, 2000.
- LONDRES, C. "Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais*". *Manual de aplicação IPHAN*. [S.l.:s.n.], 2000, Minc.
- VELOSO, Mariza . "O Fetiche do Patrimônio". *Revista Habitus*, Goiania, V.4, n.1, p.437-454, jan-jul 2006. in: seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewPDFInterstitial/.../301